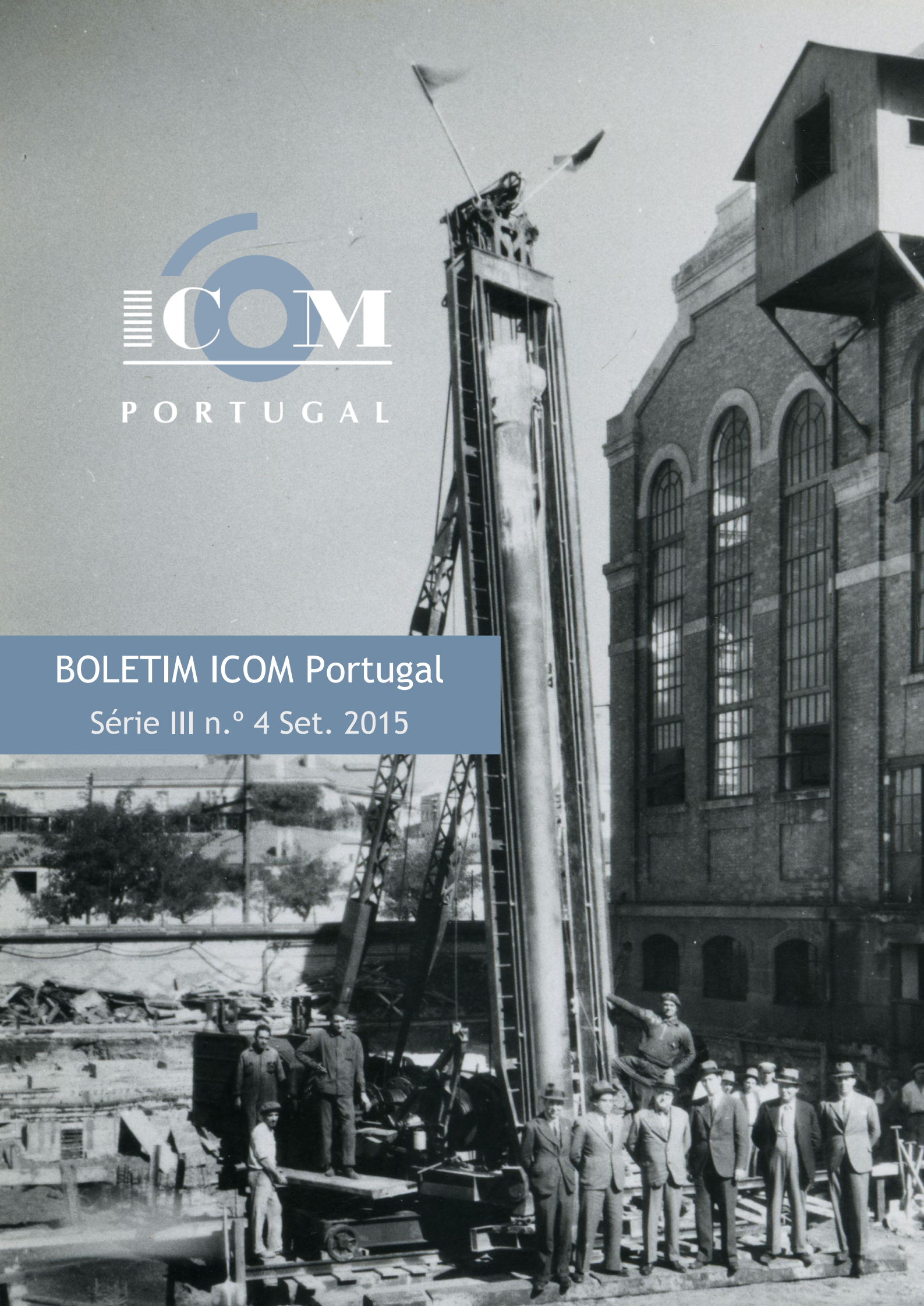




BOLETIM ICOM Portugal
Série III n.º 4 Set. 2015



EDITORIAL

O património industrial e técnico está em destaque este ano. Quisemos neste boletim dar nota dos desafios que prevalecem quando falamos da salvaguarda deste património, em particular no que se refere à sua musealização e interpretação. Não é um balanço exaustivo, nem tão pouco esgota a discussão que a temática suscita, mas clarifica alguns pontos nevrálgicos da reflexão. Para isso foram essenciais os contributos de Graça Filipe (*Em Foco*), José M. L. Cordeiro, Deolinda Folgado e José M. Brandão (*Perspectivas*), e ainda Jorge Custódio (*Entrevista*). Em complemento sugerimos algumas leituras e links úteis sobre o tema. Entre os aspectos referidos, ficou patente a fragilidade que é característica do património industrial, quase sempre com um estatuto de património em risco, e a sua (ainda) secundarização em matéria de políticas do património. É urgente uma visão estratégica para o património industrial e técnico, através de uma política nacional concertada. Alguns dos ingredientes para a definição dessa política foram enunciados: sensibilização e envolvimento alargado de actores (populações, antigos trabalhadores, profissionais, associações culturais e industriais, empresas, organismos oficiais de diferentes áreas - ambiente, cultura, turismo, etc.); diagnóstico actual da situação; inventários actualizados; documentação (dimensão material e imaterial); investigação comparada; criação de museu nacional e/ou redes territoriais/temáticas; formação especializada em conservação; melhor comunicação; e mais estruturas de interpretação.

Sobre o trabalho desenvolvido pelo ICOM internacional, merece particular destaque neste boletim a entrevista com Hans-Martin Hinz, presidente desta organização desde 2010. Hinz fala-nos da sua visão sobre o ICOM e das prioridades actuais da maior rede internacional de profissionais de museus.

Leia ainda as “Notícias ICOM”, secção que inclui comentários sobre alguns dos debates e conferências que tiveram lugar nos últimos meses, conheça a selecção de novas publicações e os eventos em agenda para os próximos meses.

O boletim de Janeiro será dedicado aos museus e à diversidade cultural. Boa leitura!

Ana Carvalho

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
BREVES	5
EM FOCO	8
PATRIMÓNIO INDUSTRIAL EM PORTUGAL: OS DESAFIOS, EM 2015	8
PERSPECTIVAS	12
MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO INDUSTRIAL E TÉCNICO: NOVOS DESAFIOS?	12
ENTREVISTA COM JORGE CUSTÓDIO	17
NOTÍCIAS ICOM	24
MUSEUS & PESSOAS: HANS-MARTIN HINZ	39
PUBLICAÇÕES	43
SUGESTÕES DE LEITURA	43
NOVAS EDIÇÕES	46
AGENDA	51
CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, DEBATES	51
FORMAÇÃO	55
CHAMADA PARA PROPOSTAS	56

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Nos últimos meses foram vários os acontecimentos relevantes a nível internacional que marcaram a actualidade dos museus, nem sempre pelos melhores motivos quanto à preservação do património museológico ou a segurança dos visitantes. A nível nacional, o ICOM Portugal tomou posição e participou em iniciativas contra a barbárie que se tem assistido em alguns museus do mundo islâmico, bem como situações que marcam a actualidade dos museus em Portugal e merecem preocupação quanto ao futuro, nomeadamente em questões de política governamental na mudança de tutelas e transferência de colecções.

No mês de Maio os museus portugueses, por ocasião da Noite e Dia Internacional dos Museus, voltaram a mostrar a criatividade dos seus profissionais com as mais variadas actividades, que são cada vez mais um momento de atracção de diferentes públicos.

Nos dias 27 e 28 de Maio decorreu em Paris, na sede da UNESCO, a Reunião Intergovernamental de Peritos que aprovou o texto da nova Recomendação relativa à Promoção e Protecção dos Museus e Colecções, que será presente à assembleia-geral da UNESCO de Outubro próximo para aprovação dos Estados-membros. Por indicação da Direcção-Geral do Património Cultural, Portugal foi representado nesta reunião por Clara Frayão Camacho, presidente da assembleia-geral do ICOM Portugal. Antes da discussão e aprovação deste documento, o ICOM Portugal participou na construção do mesmo.

De 1 a 3 de Junho realizou-se na sede da UNESCO, em Paris, a 30.ª reunião da assembleia-geral do ICOM e a 80.ª sessão dos comités consultivos. Foram várias as questões abordadas, desde os problemas que as colecções e os museus enfrentam como as estratégias para o futuro. Merece particular destaque na agenda do ICOM para 2016 a realização da conferência geral, em Milão, cujo tema é *Museus e Paisagens Culturais*, o mesmo mote para o próximo Dia Internacional dos Museus.

Recentemente, alguns anúncios sobre tomadas de decisão políticas sobre museus sem o envolvimento dos seus profissionais, levaram o ICOM Portugal a pronunciar-se sobre situações, tais como a municipalização de museus dependentes da administração central ou os recentes acontecimentos com a colecção da Secretaria de Estado da Cultura (SEC) e o Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado (daqui em diante Museu do Chiado).

Assim, o ICOM Portugal, na sequência das recentes notícias sobre a transferência de museus de tutela do Estado, dependentes das Direcções Regionais de Cultura, para os municípios onde os museus se localizam, manifestou a sua preocupação sobre o processo e, acima de tudo, sobre os critérios para a concretização desta transferência. Neste

sentido, pedimos esclarecimentos ao Secretário de Estado da Cultura, agora que estão fixadas datas para a transferência de um dos museus em causa, nomeadamente o de Aveiro. Assim, julgamos ser importante termos conhecimento de quais são os museus para que estão previstas mudanças de tutela no actual quadro legislativo e que modelo de contrato financeiro e de recursos humanos foram realizados.

No que diz respeito aos recentes acontecimentos que afectaram o Museu do Chiado, o ICOM alertou para a gravidade do processo. Lamentamos os acontecimentos que levaram à demissão do seu director, David Santos, e todo o processo conducente a esta situação e as consequências que dela decorrem para a gestão do museu e para o seu pleno funcionamento. É com perplexidade que vemos o desrespeito e o descuido no tratamento dos aspectos museológicos presentes neste caso, ao arrepio da Lei-Quadro dos Museus Portugueses (LQMP), tanto mais que emanam da própria tutela da Cultura, cujo exemplo deveria nortear as acções e as práticas dos museus em Portugal. Ao ICOM preocupam em particular os riscos que podem ameaçar os acervos dos museus e a salvaguarda das colecções que devem respeitar as funções museológicas definidas pelo Código Deontológico internacional e pela LQMP. Incorporados os bens culturais que constituem a colecção SEC no Museu do Chiado pelo Despacho de 2014, podemos questionar se a sua revogação, “por mera conveniência”, por novo Despacho do próprio SEC, Despacho n.º 7863/2015, de 16 de Julho de 2015, com efeitos a 6 de Julho, constitui uma forma legal de desincorporação. Aqui chegados, não é clara a situação actual e legal da colecção SEC “desincorporada” do Museu do Chiado nem o seu destino. A sua potencial reafecção à Direcção-Geral das Artes, um organismo administrativo não museológico, é susceptível de abrir um perigoso (e ilegal?) precedente, ao deixar ao arbítrio de qualquer tutela pública (central, regional e municipal) ou privada a desincorporação de acervos de museus e a sua afetação a entidades de outra natureza e sem vocação para o cumprimento das funções museológicas. O ICOM Portugal denuncia esta situação e expressa a expectativa de que a decisão que lhe está na base seja revogada, no respeito integral pela LQMP e na defesa do superior interesse do património cultural e dos museus.

A 30 de Outubro o ICOM Portugal vai organizar em colaboração com o Museu Municipal de Penafiel o nosso encontro anual, onde iremos abordar a temática ***Os Museus Face à Crise Económica na Cultura: Desafios e Estratégias***, com a apresentação de diferentes abordagens de sucesso na gestão de museus, com casos nacionais e estrangeiros. Gostaríamos, assim, de incentivar a participação dos membros do ICOM neste encontro, momento de troca e experiências de estratégias de sucesso na gestão de museus.

José Alberto Ribeiro, 19 de Julho de 2015

BREVES



ICOM Portugal presente no Festival IN

O ICOM Portugal participou na 2.^a edição do Festival IN que se realizou na FIL (Feira Internacional de Lisboa) entre 23 e 26 de Abril. Esta edição teve como temas: inovação, cidades criativas, redes, criatividade e desenvolvimento. Do programa fizeram parte algumas palestras sobre a temática dos museus: “15 Minutos com Museus” - *O que é o ICOM?* (por José Alberto Ribeiro), *Redes e Museus* (por Mário Nuno Antas), *Museus e Património em Tempo de Guerra* (por Luís Raposo) e *Lusitânia Romana - Uma Exposição em Rede* (por António Carvalho). Mais

informações sobre o festival: <http://www.icom-portugal.org> e sobre o programa: <http://www.festivalin.pt/programa/>

ICOM Portugal nos Encontros do Património

No passado dia 16 de Maio, o programa de rádio da TSF *Encontros com o Património* dedicou a emissão ao tema do Dia Internacional de Museus: *Museus para uma Sociedade Sustentável*. Foram convidados do programa: José Alberto Ribeiro (presidente do ICOM Portugal), Samuel Rego (subdirector-geral da Direcção-Geral do Património Cultural), Maria Vlachou (museóloga) e Inês Fialho Brandão (museóloga). O programa é uma parceria entre a TSF e a Direcção-Geral do Património Cultural e tem recebido vários prémios a nível nacional e internacional. O programa sobre o Dia Internacional de Museus ainda pode ser ouvido em: <http://www.tsf.pt>

Premiados EMYA 2015

A cerimónia de entrega dos prémios EMYA (*European Museum of The Year Award*) decorreu em Glasgow (Escócia) a 16 de Maio. O EMYA foi para o renovado Rijksmuseum (Holanda). Foram ainda distinguidos outros museus: Familjestère de Guise (França) com o prémio Silletto, e o International Red Cross and Red Crescent Museum (Suíça) com o prémio Kenneth Hudson. Receberam menções especiais os seguintes: Finnish Nature Centre Haltia (Finlândia); Red Star Line Museum (Bélgica); MUSE: Museo delle Scienze (Itália); Mary Rose Museum (Reino Unido); e Vorarlberg Museum (Áustria). Saiba mais em: <http://www.europeanmuseumforum.info>





Prémios APOM 2015

Os museus distinguidos pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM) de 2015 foram anunciados no dia 29 de Maio na sala do Senado da Assembleia da República (Lisboa), num total de 26 categorias e várias menções honrosas. Conheça a lista completa dos premiados em: <http://bit.ly/1HBQOo3>. Este ano a APOM celebra 50 anos de actividade (1965–2015). Saiba mais em: <http://www.apom.pt/>

Prémio ICOM *Museums for All* em 2016

O ICOM internacional instituiu um novo prémio - “Museus para Todos” que visa distinguir um produto audiovisual original sobre o trabalho desenvolvido junto de públicos que não frequentam museus (pessoas desfavorecidas, imigrantes, população rural, pessoas com deficiência, entre outros). Podem participar individualmente ou de forma colectiva e a inscrição é gratuita. O prazo limite para envio dos filmes é **1 de Dezembro de 2015**. O prémio inscreve-se no Festival *Musées (em)portables/Portable Museum*. A cerimónia de entrega dos prémios irá realizar-se no mês de Janeiro de 2016 em Paris. Além do prémio pecuniário, os benefícios do galardão são vários. Mais informações: <http://www.museumexperts.com>



Prémios Acesso Cultura

Na 2.ª edição dos prémios Acesso Cultura o júri, constituído por Cristina Fontes, Fernando Pêra e Paula Moura, distinguiu quatro organizações culturais entre as 37 candidaturas recebidas. O prémio “Acessibilidade Física” foi atribuído aos Parques de Sintra Monte da Lua, o prémio “Acessibilidade Social” ao Museu Carlos Machado (Açores) pelo projecto “Museu Móvel” e o prémio “Acessibilidade Intelectual” para a Associação Vo’Arte

(Lisboa). O Museu Nacional Machado de Castro (Coimbra) recebeu uma menção honrosa pelo projecto “EU no MusEu”. A entrega dos prémios realizou-se a 17 de Junho no Museu Benfica Cosme Damião e a cerimónia foi conduzida pela jornalista Dora Alexandre. Mais informações: <http://acessocultura.org/servicos/premio-acesso-cultura/>



Actualização de dados dos membros ICOM

O ICOM Portugal está a actualizar os dados dos seus membros para uma comunicação mais eficaz. Para o efeito, disponibilizamos dois formulários no *website* do ICOM Portugal, um para membros individuais e o outro para membros institucionais. Solicitamos a todos os membros a participação nesta campanha. Os formulários estão disponíveis em: <http://www.icom-portugal.org>

Municipalização dos Museus da Administração Central: Comunicado ICOM Portugal

O ICOM Portugal, na sequência das recentes notícias sobre a transferência de museus de tutela nacional dependentes das Direcções Regionais de Cultura para os municípios, tem manifestado a sua preocupação sobre este processo e, acima de tudo, sobre os critérios destas transferências. Conheça o comunicado do ICOM Portugal sobre esta matéria em: <http://www.icom-portugal.org/>

Suzana Faro na direcção da IATM

No passado dia 30 de Junho, Suzana Faro, coordenadora do Museu dos Transportes e Comunicações (Porto) foi eleita para integrar a nova direcção da International Association of Transport and Communications Museums (IATM) até 2019, que tem como presidente Stephen Quick (Canadian Aviation and Space Museum, Canadá). A assembleia-geral da IATM teve lugar em Portugal no âmbito da 40.^a conferência desta organização. Com a participação de Suzana Faro na direcção da IATM pretende-se manter a ligação entre os museus membros da organização com os restantes museus portugueses sobre a temática dos transportes e das comunicações. A IATM é uma das organizações filiadas no ICOM. Mais informações: <http://www.iatm.museum>



EM FOCO



Património Industrial em Portugal: os Desafios, em 2015

Graça Filipe, investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

2015 é, por iniciativa da Federação Europeia das Associações de Património Industrial e Técnico (E-FAITH), o Ano Europeu do Património Industrial e Técnico. A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa apoiou esta campanha, sublinhando que a Europa foi pioneira na industrialização mundial e dando como exemplo demonstrativo desse facto as várias dezenas de sítios patrimoniais de natureza industrial inscritos na Lista de património mundial da Unesco. No mesmo texto da Comissão permanente da Assembleia Parlamentar do CE em que esse apoio foi expresso - resolução 1924 (2013) - foram feitas recomendações objectivas aos Estados-membros e apontadas medidas pertinentes no sentido da preservação do património da era industrial europeia e da sua transmissão às gerações futuras. Foram referidas tanto as entidades oficiais como os organismos privados, os grupos de especialistas e as organizações não-governamentais, entre outros agentes, sob distintas mas complementares formas de implicação, nos níveis local ou regional, nacional e internacional.

Em Portugal, para além das duas principais associações constituídas na área do património e da arqueologia industriais, outras entidades integraram ou anunciaram, para o ano que está em curso, iniciativas diversas no âmbito desta campanha europeia. A Direcção-Geral do Património Cultural, enquanto responsável pela promoção e pela divulgação nacionais das Jornadas Europeias do Património, adoptou para 2015 o tema do Património Industrial e Técnico.

Parece-me uma oportunidade para suscitar uma reflexão crítica sobre o papel do património industrial, sobre a sua particular vulnerabilidade e sobre os desafios que se colocam à sua valorização - principalmente pelas vias do conhecimento, da documentação, do reconhecimento e da protecção. Numa tal reflexão crítica é preciso esforçarmo-nos por envolver especialmente os decisores, técnicos, voluntários e activistas das entidades associativas ligados à temática técnica e industrial, assim como públicos de museus e sítios patrimoniais visitáveis, estejam ou não relacionados com esta temática, para os quais pode revelar-se um mundo a descobrir.

Quando analisado o panorama patrimonial e museológico do país, do ponto de vista das políticas governamentais e das tutelas centrais para a cultura, tanto a ciência e a técnica quanto a indústria constituem sectores que persistem marginais, principalmente quando comparados com os de colecções e património artísticos.

Num encontro promovido em Maio deste ano pela Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, realizado no Museu da Electricidade, para evocar a efeméride de três décadas após a exposição de 1985, *Arqueologia Industrial, um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender*, defendi que se procure reflectir sobre o processo da exposição de 1985 e outros processos similares e que procuremos tirar conclusões da análise e da avaliação retrospectivas dos recursos, dos programas de acção e dos esforços feitos por diferentes grupos de pessoas, em contextos idênticos ou comparáveis, desde a segunda metade da década de 1970, para a salvaguarda e preservação de património técnico e da indústria em Portugal. Sublinho o facto da exposição de 1985 ter tido um carácter e uma comissão organizadora nacionais, conquanto a sua exequibilidade se tenha devido à ligação ao meio associativo da época e, porventura de forma decisiva, à implicação do sector empresarial industrial que então apoiou os técnicos e o comissariado da referida exposição.

Estes tópicos levam à questão da necessidade de um diagnóstico actual sobre o património industrial, a nível do país, em termos territoriais, abarcando todo o tipo de iniciativas e sob uma perspectiva multi-escalar, pois não se pode restringir esta tipologia patrimonial ao denominado sector da cultura. É preciso identificar o papel de outros sectores públicos e do sector empresarial industrial, privado, e ter em conta o incalculável valor, quer de edifícios e contextos industriais, incluindo as componentes imateriais, quer de arquivos e espólios documentais, de que também as empresas são detentoras, sem que na maioria dos casos os respectivos proprietários ou os seus administradores sequer reconheçam a importância de tais bens ou o dever de participar na sua salvaguarda.

O papel dos municípios, assim como as tendências e os riscos das suas intervenções têm de ser reconhecidos, dado que várias autarquias integraram na sua tutela (sob a forma de património ou de acervo musealizado), edifícios e bens móveis desafectados à indústria e em contextos de desindustrialização. Importa contudo perceber como é que esse património é gerido e qual a durabilidade dos projectos em que se enquadram. Cito o caso do Seixal, um dos municípios com maior concentração e diversidade de contextos industriais e técnicos objecto de patrimonialização nas quatro últimas décadas. Destaco a situação da antiga Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, cujo processo de classificação, de mais de uma década, consagrou legalmente o interesse público dum sítio singular a nível mundial mas que, não obstante o amplo reconhecimento dos valores que o potenciam como um dos conjuntos patrimoniais mais importantes, símbolo da industrialização do vapor, na Europa e em Portugal, permanece sem um plano de salvaguarda integrado no desenvolvimento local.

Também tem de se reconhecer o papel das universidades, principalmente a da Beira Interior (com o Museu dos Lanifícios, na Covilhã) e de fundações, como a da EDP (com o Museu da Electricidade e muitos incentivos à preservação de património ligado à energia eléctrica em numerosas localidades).

É imprescindível identificar certas características e particularidades da patrimonialização da indústria, querendo compreender as tendências, avaliar os riscos e ensaiar um olhar prospectivo.

Tratando-se muitas vezes de iniciativas de estudo ou de inventário, necessitam do consentimento da(s) empresa(s) ou do(s) proprietário(s) do sítio. A sua evolução está indissociavelmente ligada às diferentes formas de participação das comunidades implicadas, ora com o funcionamento, ora com a desactivação da indústria em causa. Em regra, estamos perante várias situações de conflito, principalmente social. E em vários casos de patrimonialização de sítios industriais convive-se com a especulação imobiliária e os riscos que lhe estão associados. O diagnóstico, o inventário e a selecção de património industrial e técnico requerem uma sólida base de investigação, de documentação e de estudo comparativo, os quais nem sempre são possíveis em tempo útil, devido à incompatibilidade entre a sua complexidade e os prazos impostos, bem como às lacunas de fontes ou à inacessibilidade de arquivos. O inventário de património industrial requer obviamente uma metodologia adequada e específica. A investigação sobre património industrial ou a arqueologia industrial requerem multidisciplinidade ou são assumidamente transdisciplinares. Somando a este quadro o problema de inadequação de quadro jurídico, a necessidade de inovação de medidas de protecção e de salvaguarda, os poucos especialistas e técnicos experimentados no trabalho de campo e em acções de preservação e salvaguarda *in situ*, a incompetência de instâncias de decisão, ou decisores imprecisos e o arrastamento inconsequente dos processos, com perdas irreversíveis de património, perceberemos como estamos perante uma problemática que convida à não assumpção de políticas públicas.

Os museus de temática industrial, de várias tutelas, como vimos, com a diversidade de profissionais e colaboradores e de usuários e públicos que integram nas suas actividades, constituem parte fulcral numa estratégia integrada para o património industrial e técnico.

Creio que temos de colocar a pergunta se a estratégia para um plano concertado para o património industrial e técnico, convocada com uma certa unanimidade entre investigadores e profissionais do património, deverá ou não passar pela criação de um



Francisco Moura explicando o funcionamento de um granulador (circuito da pólvora negra) da antiga Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços, extensão do Ecomuseu Municipal do Seixal, Abril 2014 © Graça Filipe

museu central ou de âmbito nacional, de temática industrial. Ensaçando um olhar prospectivo sobre a utilização do património técnico e industrial, devemos começar por explorar as vias de aplicação dos quatro pilares da sustentabilidade e seguir para estratégias e linhas de acção correspondentes. O que considero mais interessante e pertinente, hoje, em 2015, é a ideia de uma estrutura sistémica e da organização de redes de âmbitos territoriais (em sentido regional, decorrendo do conhecimento de terreno e da investigação científica quer sobre a industrialização, quer do ponto de vista estratégico patrimonial).

A análise retrospectiva que se possa fazer sobre as vias de (re)conhecimento do património industrial e sobre as décadas de desindustrialização (a partir da década de 1970), deixa perceber o défice não só de visão estratégica, mas também de capacidade de escolhas e de assegurar coordenações quanto ao que se deve preservar do passado industrial e do património vivo da indústria no presente.

É necessário proceder a um diagnóstico para identificar estruturas e organismos que podem enquadrar e promover a protecção do património técnico e industrial e através deles desenhar um plano de activação da consciência e da acção patrimonial ligada à indústria e à técnica.

Através das associações e redes constituídas, em coordenação com centros de investigação e procurando aproveitar recursos mobilizáveis das universidades e dos organismos públicos, será muito importante promover-se a integração de inventários de património industrial e técnico, com uma base de informação normalizada, em linha, dinâmica, monitorizável.

Uma das acções prioritárias é a divulgação inclusiva e generalizada de meios e de ferramentas de trabalho, tais como normas internacionais e legislação aplicáveis, incentivando o conhecimento de experiências bem sucedidas e abordando com transparência os casos críticos. Nestes domínios cabe às associações um papel importantíssimo, assim como a todos os profissionais, principalmente na área de mediação, dos museus e do património visitável, contribuindo para a sensibilização e a activação da cidadania. O Ano Europeu do Património Industrial e Técnico pode ajudar-nos a impulsionar diálogos e a cooperar nalgumas destas acções.

PERSPECTIVAS

Musealização do Património Industrial e Técnico: Novos Desafios?

José Manuel Lopes Cordeiro, professor da Universidade do Minho

São múltiplos os desafios que hoje em dia se colocam no âmbito da musealização e interpretação do património industrial. Destacaremos apenas dois, deixando para outra oportunidade uma análise mais exaustiva.

O primeiro, ligado directamente à actividade quotidiana dos museus industriais, prende-se com a dificuldade crescente que estes enfrentam no domínio da conservação e restauro das suas colecções. A incorporação de instrumentos de trabalho, equipamentos e maquinaria industrial colocou problemas novos, que até agora não têm sido abordados na tradicional formação em conservação patrimonial. Deste modo, não só é necessário encontrar uma adequada resposta formativa no âmbito da conservação e restauro de artefactos industriais, como importa igualmente que os museus industriais se dotem de laboratórios de conservação, a fim de adquirirem a necessária capacidade de resposta neste domínio.

O segundo desafio que se coloca actualmente em Portugal no domínio da Museologia industrial integra um problema de fundo que decorre da inexistência de uma rede museológica do Estado equilibrada a nível nacional. Esse desequilíbrio é não apenas de âmbito geográfico (existem vários distritos que não dispõem de nenhum museu sob tutela da administração pública central), mas também de natureza temática (existem temas fundamentais que não estão contemplados, como a expansão marítima ou a industrialização), e ainda relativamente ao seu âmbito geográfico, uma vez que fora de Lisboa existem apenas dois museus nacionais. Deste modo, um museu nacional que apresentasse a industrialização portuguesa numa perspectiva histórica e nas suas múltiplas abordagens, que exhibisse os objectos, os equipamentos, a maquinaria de maior interesse patrimonial, mas também que contemplasse as áreas às quais o património industrial se encontra ligado, a história da ciência e da técnica, constitui uma lacuna que urge preencher no panorama museológico nacional.

Um dos problemas que se coloca a propósito da eventual criação de um museu nacional consagrado ao património industrial, integrado na rede da Direção-Geral do Património Cultural, é o da sua localização. Contudo, é fácil resolver esse problema pois, à partida, o mesmo só faria sentido numa das três regiões históricas da industrialização portuguesa, Grande Lisboa, Grande Porto ou zona da Serra da Estrela. E, a exemplo de soluções seguidas noutros países e regiões europeias, bastaria adoptar uma estrutura em rede, para facilmente se resolver aquele problema de uma forma satisfatória.

A criação de um museu nacional consagrado ao património industrial corresponderia à assumpção das responsabilidades do Estado em salvaguardar a memória e a herança

patrimonial de um período histórico fundamental, responsável pela criação da sociedade em que vivemos, evitando que se perdessem - como está já a acontecer desde que se acentuou o fenómeno da desindustrialização - elementos fundamentais da memória nacional forjada ao longo dos dois últimos séculos. Neste âmbito, é particularmente grave e preocupante a situação do património industrial móvel, ou seja, dos equipamentos e maquinaria das fábricas que têm vindo a cessar a laboração, assim como dos seus acervos documentais, nomeadamente dos arquivos de empresa, que têm vindo a desaparecer de uma forma sistemática. A salvaguarda do património industrial, incluindo a sua musealização, decorre também, como é fácil de ver, de uma opção política, uma vez que ambas se integram na área da memória e identidade nacionais, onde o Estado tem obrigações das quais não se pode descartar; uma razão, mais do que suficiente, para que venha a assumir essas suas responsabilidades.

Deolinda Folgado, chefe da divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial da Direção-Geral do Património Cultural

As cartas e convenções que inauguraram o século XXI, - 2001 - património subaquático/UNESCO; 2003 - património industrial/TICCIH e património cultural imaterial/UNESCO; 2005 - valor do património para as sociedades/Conselho da Europa (Convenção de Faro), podem perspectivar alguns dos desafios que se colocam num futuro próximo.

A permanência do património industrial e do cultural, de um modo geral, constitui um permanente equilíbrio entre a sua perda e a sua integração na dinâmica da mudança das sociedades, nomeadamente através de museus, de fábricas musealizadas, de centros de interpretação de lugares industriais ou da criação de uma componente mais científica e interactiva e, por isso, mais autonomizada do património móvel ou imaterial. Todavia, destacam-se alguns pontos para reflexão que podem constituir desafios mais prementes para o futuro destes projectos, não descurando que quaisquer das soluções estão ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, e cuja missão se prende com a aquisição de colecções, em alguns casos, com a conservação, a investigação e a comunicação (cf. definição de museu do ICOM). Inseridos na dimensão dos “diálogos atemporais”, apresentam-se como principais desafios:

- a) vantagem para a inclusão social e para uma maior interacção cultural. O estabelecimento de um programa direccionado para as comunidades de proximidade, que ultrapasse a dinâmica dos serviços educativos dirigidos às escolas ou à terceira idade, é um dos aspectos fundamentais para a sobrevivência destes projectos. A aposta na relação afectiva ou emocional da população que possa reconhecer nestes espaços lugares de pertença é essencial a par da dimensão turística. Esta extensão social e cultural implica uma comunicação que ultrapasse o estrito trabalho com os conteúdos dos museus, podendo permitir a

criação de novas sinergias através do desenvolvimento de novos empregos, por exemplo. Este eixo de actuação pode permitir implementar outros modelos de gestão, não descurando as experiências provenientes da Sociomuseologia ou dos ecomuseus;

- b) pertinência para a criação de redes de museus de indústria e técnicos, de centros de interpretação ou centros de ciência viva já existentes. Dependendo de modelos vários que possam ser adoptados é possível criar sinergias temáticas ou territoriais que permitam até superar a inexistência de um museu nacional da indústria ou da industrialização portuguesa, plasmando a dinâmica do processo da industrialização no território, de acordo com as especificidades laborais, com as técnicas e as tecnologias aplicadas, etc. Um dos benefícios imediatos é a possibilidade de desenvolver projectos comunicacionais conjuntos ou preparar candidaturas de captação de financiamento para equipamentos em rede, como a sinalética, a definição de conteúdos comunicacionais para diversos suportes, acções de formação ou intervenções mais estruturais para a recuperação dos edifícios. O desenvolvimento em rede poderá, nalguns casos, colmatar algumas assimetrias e vulnerabilidades dos territórios e dos equipamentos;
- c) relevância destes projectos para a promoção do conceito de reutilização do património industrial, aspecto fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável, permitindo incrementar uma aposta na recuperação dos edifícios industriais passíveis de incorporar outros usos para além dos museais, viabilizando a integração de outros programas compatíveis com os valores do património ou arquitectura industrial. Este item considera-se de grande importância devido à dificuldade que existe em compatibilizar novos programas que, por um lado recuperem o património e, por outro, lhes conferiram uma nova função. Destaco um projecto inaugurado em 2015 na Ribeira Grande (Açores) de recuperação de uma fábrica de tabaco e de álcool e sua adaptação a um Centro de Artes Contemporâneas da autoria dos arquitectos João Mendes Ribeiro, Francisco Vieira Campos e Cristina Guedes;
- d) importância da utilização dos equipamentos para criar programas transversais direccionados para as novas gerações, ao nível da criatividade e dos *curricula* escolares;
- e) primordial relação destes equipamentos a programas de investigação e ao desenvolvimento de trabalhos com as universidades.

Estes cinco eixos, a par de novos modelos de gestão ou da definição de planos de comunicação mais inteligíveis a todos, constituem alguns dos principais desafios que se colocam à permanência e integração para o futuro, quer dos valores, quer dos próprios espaços, o que se deverá traduzir em mais e melhor salvaguarda do património industrial.

José Manuel Brandão, investigador do Instituto de História Contemporânea e do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora

Quando há quase 20 anos, com a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI) organizámos o primeiro fórum nacional dedicado ao património mineiro¹, o panorama de iniciativas de estudo, preservação e valorização deste importante segmento da nossa memória industrial, ensaiava ainda pequenos passos no âmbito da sua afirmação no terreno e como domínio de investigação e teorização.

Olhava-se, porém, o futuro com certezas no sucesso de novos projectos, desenvolvidos *pari passu* com a implementação de medidas de recuperação ambiental em áreas mineiras abandonadas e degradadas, detentoras de um potencial histórico, cultural e científico, relevante para a compreensão de fenómenos naturais, processos de trabalho e experiências de vida. Visava-se recuperar, preservar e valorizar o património associado à actividade extractiva, nas suas diferentes expressões, contribuindo para cicatrizar a chaga social consequente com o encerramento das minas, a perda da fonte de trabalho e rendimento, contrapondo desenvolvimento ancorado no crescente turismo cultural.

Perspectivava-se então, uma colaboração profícua (porventura utópica), entre serviços com responsabilidade na gestão do património cultural e na tutela da actividade mineira, com a cooperação envolvida de municípios, universidades e associações. Objectivo, a elaboração de um inventário sistemático e detalhado, por áreas geográficas, instrumento basilar, que espera melhor oportunidade, não obstante iniciativas meritórias como foram o levantamento das minas abandonadas (Instituto Geológico e Mineiro), que incluiu informação sobre o património material mais relevante, e o “Roteiro de Minas e pontos de interesse mineiro e geológico de Portugal” (<http://www.roteirodeminas.pt>), produto alargado destinado a divulgar sítios apetrechados com estruturas perenes de acolhimento, relacionadas com a geologia mineira e a mineração, e o aproveitamento das matérias primas minerais, além, portanto, do espaço cultural da mina.

A instalação de museus mineiros tem-se mostrado um instrumento adequado, contando-se actualmente na Europa mais de 200 unidades (algumas na lista de Património da Humanidade), na sua maior parte sedeados em antigas minas, proporcionando exposições, actividades didácticas e lúdicas, e a visitação de espaços subterrâneos, atraindo anualmente milhares de visitantes.

À data do referido evento, consolidava-se a experiência pioneira do Museu Mineiro de S. Pedro da Cova (1989), e avançavam as obras de recuperação da antiga central eléctrica do Lousal, parte do Museu Mineiro (2001), desenvolvendo-se planos para intervenções museológicas em Aljustrel e S. Domingos - jóias da arqueologia industrial mineira, hoje

¹ *Seminário Arqueologia e Museologia Mineiras*, Museu do Instituto Geológico e Mineiro, 9 a 11 de Outubro de 1998.

incluídas na rota ibérica da pirite -, que se configuraram nos anos recentes: central de compressores e teleiras em Aljustrel; circuito de visita às cortas em S. Domingos.

A recuperação e valorização de espaços mineiros abandonados exige, não raras vezes, investimentos de monta, sobretudo se incluir a descida às galerias. Será esse, porventura, o maior óbice a que muitos projectos não passem do papel, substituídos por circuitos pedestres interessantes, mas não inclusivos, como, por exemplo, as rotas das *Minas de Segura* e do *Ouro Negro*, nos territórios dos Geoparques Naturtejo e Arouca, respectivamente, ou figurando apenas em roteiros - ainda que transnacionais - como por exemplo a “[Rota do volfrâmio](#)”.

Enfim, um universo diminuto, se comparado com a dimensão que teve o país mineiro até aos anos 60–70, e que a recente musealização e abertura ao público da mina de ouro de Castromil (Paredes) e do complexo arqueo-mineiro romano a céu aberto do Vale do Terva (Boticas) não chega para compensar.

Um longo caminho foi percorrido. Na senda da adopção de directivas internacionais, implementaram-se nas áreas mineiras de maiores riscos ambientais e para a saúde pública, estratégias de remediação, pontualmente conflituantes com o endemismo da paisagem mineira tradicional². Alargou-se a reflexão sobre o património *geomineiro*, e a produção historiográfica sobre a mineração em Portugal; porém, falece ainda a criação de novas estruturas interpretativas consignadas às minas, reforçando identidades e preservando memórias. Vendo crescer iniciativas noutras áreas do património industrial, com reconhecido sucesso, apetece perguntar: *quem tem medo do património mineiro?*

² V. *A Herança das Minas Abandonadas: O Enquadramento e a Actuação em Portugal*. 2011. Lisboa: Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM). <http://www.edm.pt/html/livro.html>.

ENTREVISTA com Jorge Custódio



Jorge Custódio é o presidente da APAI (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial) e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. De muitos conhecido pelo seu papel na defesa do património, é nesta dupla condição, a de investigador e de activista associativo, que traça um panorama sobre a situação do património industrial e técnico (PIT) em Portugal: problemas, desafios, perspectivas.

Ana Carvalho (AC) – Qual a importância de se instituir o Ano Europeu para o Património Industrial e Técnico?

Jorge Custódio (JC) – Trata-se de uma iniciativa do Conselho da Europa e pretende chamar a atenção para as contribuições únicas e inegáveis da Europa no crescimento e no desenvolvimento da sociedade industrial e técnica contemporânea e do seu papel na herança industrial comum, herança que moldou a história recente tanto da Europa, como do mundo. A Europa foi o espaço geográfico e político da génese da industrialização e a Grã-Bretanha o seu epicentro. As ondas de choque da Revolução Industrial - económicas, sociais e culturais - repercutiram-se no Ocidente, incluindo na «nação» norte-americana, alargando-se depois à escala internacional.

O Ano Europeu foi uma proposta do E-FAITH (Federação Europeia das Associações do Património Técnico e Industrial), e inicia-se a partir da sua criação, em 1999. A ideia tomou corpo quando foi redigido um *Memoradum* das associações integradas naquela Federação, no qual se propunha uma campanha à semelhança do Ano Europeu do Património Arquitectónico (1975), mas virada para a urgente salvaguarda do PIT a nível europeu. Nesta reunião participou a [APAI](#), fundada em 1986, antes da sua crise de hibernação dos últimos anos.

AC – Quais os principais enfoques do programa organizado pela APAI no âmbito do Ano Europeu do PIT?

JC – A APAI apresentou no Centro Nacional de Cultura (Lisboa), em 7 de Abril, o seu [programa](#), assumindo o apoio e a orientação cultural e técnica de todas as iniciativas que as instituições, organizações e voluntários quiserem realizar no país, de acordo com os objectivos gerais anunciados pela E-FAITH. A 15 de Maio realizou-se a jornada *Central Tejo* (Museu da Electricidade, Lisboa) e inaugurou-se uma exposição itinerante (disponibilizada para circular pelo país). Em Setembro a APAI apoiará as Jornadas Europeias do Património, este ano com o tema do PIT. A 9 e 10 de Outubro, a APAI

promoverá um colóquio sobre o PIT no Museu do Carmo, em Lisboa. Decorrerão ainda outras iniciativas em vários pontos do país, nomeadamente visitas sob a epígrafe *Rota das Indústrias*, entre outras (consulte-se o [programa](#) detalhado e siga a página do [Facebook](#) da associação).

AC – Os desafios da protecção e salvaguarda do PIT são hoje diferentes dos desafios que se colocavam em 1986, quando foi criada a APAI?

JC – Objectivamente os desafios são ainda os mesmos, mas mais profundos e complexos. Por outro lado, o leque de bens ampliou-se e tornou-se mais exigente quanto ao conhecimento e aos princípios e critérios da sua salvaguarda. A nível de investigação publicaram-se inúmeros estudos desde então. Há um leque de investigadores e técnicos nada comparáveis aos que existiam em 1986, altura que tanto a arqueologia industrial como a defesa do património industrial em Portugal apenas tinham uns escassos nove anos de actividade. A bibliografia sobre o património industrial português é vastíssima, mas o efeito mobilizador para a acção política e técnica é bastante reduzido. Hoje, todavia, há novas gerações interessadas nesta nova tipologia de bens culturais, existem museus industriais e municipais com património técnico integrado que souberam refuncionalizar antigas fábricas e minas e preservaram bens móveis, como máquinas, equipamentos, produtos, memórias fabris e mineiras, arquivos. Os museus da electricidade, o das águas livres de Lisboa, de cortiça de Silves, do trabalho de Setúbal, da chapelaria de S. João da Madeira, o municipal de Portimão, dos Lanifícios da Covilhã, o museu mineiro do Lousal e outros de menores dimensões, como a Moagem de Sampaio, por exemplo, salvaram os edifícios e grande parte do património industrial integrado que dispunham. Isto é já em si um facto muito positivo. Salvaram-se ainda monumentos isolados (Chaminé da Transtagana das Minas de Aljustrel, Ponte de D. Maria Pia, no Porto) ou integrados (Levada de Tomar, com as suas antigas unidades de fabrico de azeite, de moagem, de fundição e serralharia e central eléctrica) e algumas colecções técnicas. Conhecem-se poucos, mas houve projectos de reabilitação de edifícios fabris e bairros operários, nos quais a arquitectura industrial foi basicamente respeitada, pelo menos a nível exterior.

Mas, Portugal está muito atrasado na protecção, na salvaguarda, na conservação e na valorização do PIT. O período entre 1986 e 2010 - 25 anos - foi farto em destruições de imóveis e valores técnicos, de acções imobiliárias que apagaram dos territórios da indústria autênticas cidades fabris (Alcântara, Braço de Prata, Porto, Covilhã) e imóveis que, apesar da Lei de Bases do Património (2001), não suscitaram dos poderes públicos uma atitude que se possa dizer de vanguarda. Pelo contrário, as poucas propostas de classificação esbarraram nas barreiras dos negócios e da falta de visão dos organismos patrimoniais estatais, que pelo menos deveriam ter definido princípios e critérios relacionados com a grandeza do problema e da integração de Portugal na União Europeia.

Note-se que o PIT é um dos patrimónios mais frágeis, desde sempre considerado «em vias de extinção». Apesar de dispormos de documentos internacionais de referência como os *Princípios de Dublin* (ICOMOS, 2011)³, nesta matéria há um extenso e longo vazio, se atendermos aos compromissos de Portugal, quanto às paisagens culturais, quanto ao património imaterial e quanto, ainda, à Convenção de Faro (2005). Portugal continua refém, em grande parte, dos patrimónios clássicos - histórico, artístico, arqueológico, arquitectónico - e ainda não sensibilizado para as identidades industriais, mineiras, agrícolas, ferroviárias e rodoviárias que fizeram História ao longo dos séculos XIX e XX, e constituem a base estruturante da memória colectiva e da integração social.

AC – Quais são os principais problemas na protecção e salvaguarda do PIT, e como poderão ser ultrapassados?

JC – São questões complexas. Por um lado, imbricam com a história do país, a sua incompleta industrialização e nas suas dificuldades estruturais de crescimento económico e desenvolvimento social e cultural. A escala das transformações económicas e sociais é outra também, pela localização periférica de Portugal na Europa e na sua região meridional. A dimensão das empresas industriais foi por isso também outra. O que se salvou da CUF (Companhia União Fabril), do Barreiro, por exemplo, é tão insignificante em relação ao que se perdeu e deveria ter merecido uma atenção especial tanto da empresa, como do Estado e/ou do Município. Por outro lado, aquelas realidades reflectiram-se na consciência individual e colectiva, marcando as ideologias e a mentalidade dos portugueses, em que se nota uma profunda ausência de cultura técnica, essencial para a compreensão dos factores da inovação e da organização fabril, do lugar do trabalho na sociedade contemporânea. Os objectos do PIT são o conjunto dos saber-fazer; são cadeias técnicas; são energias artificiais e respectivas centrais; são máquinas, equipamentos e produtos; são arquitecturas funcionais do trabalho; são complexos e conjuntos industriais, mineiros e ferroviários; são comunidades de trabalhadores com memórias e identidades específicas.

Com excepção do período de 1981 a 1986, os serviços do património do país - que deveriam ter exercido um papel normativo, regulador, institucional e planeador - estiveram à margem desta nova área do património cultural. A Lei de Bases do Património prevê nos mecanismos de salvaguarda os valores técnicos e industriais. Houve algum trabalho oficial realizado na Covilhã (lanifícios); no inventário da arquitectura industrial do Movimento Moderno; na classificação de meia dúzia de imóveis; na definição de critérios de diferenciação, mas a pequenez das medidas e a falta de uma articulação fundamentada mostra as políticas erráticas dos organismos oficiais, que urge

³ Princípios para a conservação dos sítios, construções, áreas e paisagens do património industrial, adoptados em 2011 no âmbito da 17.ª assembleia-geral do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) em conjunto com o TICCIH (Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial).

alterar. Embora o Conselho da Europa, através de variadíssimas reuniões dos ministros do Estados-membros, tenha chamado a atenção para a importância da herança industrial comum e do papel da indústria na construção do espaço europeu como um todo, o nosso país não se modernizou o suficiente para entrar na senda da protecção e conservação do PIT. Esse trabalho exigia uma articulação cultural com as associações industriais e dos trabalhadores, para além do funcionamento de grupos de trabalho interministeriais e uma ligação com os organismos do ambiente. Fala-se disto desde 1985, mas nada. É como se Portugal terminasse a sua história nos inícios do século XIX, alheado da modernização urbana, da mudança dos materiais de construção, do papel desempenhado pelas empresas industriais e pelos recursos mineiros na construção das paisagens, da transformação ocorrida pela implantação dos transportes ferroviários e rodoviários, à margem da remodelação dos seus portos, alguns dos quais artificiais, como se nunca tivesse tido empresários e trabalhadores industriais ou estivesse alheado das mudanças de sistema tecnológico verificadas no decurso da industrialização.

“... há muitas dificuldades em sensibilizar a população e a administração central e local para o valor do Património Industrial e Técnico...”

É certo que durante muito tempo eram poucos os técnicos especializados nesta área. Tem sido difícil articular as diversas áreas do saber que o PIT exige, pondo em articulação engenheiros, cientistas, saberes técnicos, arqueólogos, historiadores, sem deixar de incluir os próprios trabalhadores. Por ventura, não se deve pensar que os que tentaram mudar o rumo disto tudo podem ficar de fora. Até que ponto estes últimos souberam influenciar as instâncias de poder, lutar melhor ou gerar sinergias mais eficazes e coerentes? Mas também é verdade que raras as vezes foram chamados para ajudar a construir as medidas destinadas à salvaguarda.

Por outro lado, num país pobre como o nosso, há muitas dificuldades em sensibilizar a população e a administração central e local para o valor do PIT. Pesa ainda sobre a propriedade industrial e os bens patrimoniais identificados questões como o ritmo e a velocidade da transformação técnica que está na origem do envelhecimento rápido das áreas, dos complexos, dos conjuntos e dos edifícios, que ao encerrarem passam à categoria de património em risco. O património em vias de extinção é a natureza dos fenómenos da desindustrialização, que foram muito rápidos a partir da entrada de Portugal na Comunidade Europeia. Estes bens não são pensados como recursos, mas como «lixo» e entram rapidamente na esfera dos interesses imobiliários, acabam por ser

destruídos ou abandonados, sem que possam ser estudados e inventariados, pois a velocidade da perda é maior do que as oportunidades do conhecimento e da protecção.

Portugal necessita de um plano nacional para a salvaguarda e conservação do património industrial, onde se possam inscrever os bens e os valores entretanto adquiridos e consolidados, tal como tem sido agilizado na vizinha Espanha. Um plano que consolide igualmente as actuais fragilidades que já se identificaram quanto ao património protegido a nível estatal ou local, como por exemplo os bens do Ecomuseu Municipal do Seixal, que foi - entre outras - uma das maiores referências internacionais do estado do desenvolvimento do PIT em Portugal. Funcionando, hoje a meio gás, com políticas erráticas sem nexos e coerência interna, pondo a nu os «mecanismos da perda» (Alberoni) cultural ou de ruptura institucional, este caso mostra, mais uma vez, que as conquistas de outrora não estão contratualizadas para todo o sempre. Um plano que actualize os



bens e os valores que andam dispersos por vertentes de especialização do PIT ou incorpore os bons exemplos em curso, como da protecção, salvaguarda e musealização da Levada de Tomar, impõe-se neste Ano Europeu do PIT. No caso de Tomar estamos na presença de um complexo e de um conjunto fabril, preservado no seu todo, que é um notável fragmento de uma paisagem hidráulica linear

com cerca de 900 anos de história.

AC – Quais são as tendências actuais na musealização do PIT?

JC – O PIT é uma das mais modernas criações do património cultural, constituído por bens culturais tangíveis e intangíveis que testemunham ou documentam as sociedades industriais dos séculos XIX e XX. O significado da transformação ocorrida com a revolução industrial britânica e com as sucessivas fases da industrialização é fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo. Têm uma escala, uma dimensão e uma dinâmica que deixaram marcas culturais e civilizacionais profundas, impressas nas paisagens, nos territórios e áreas geográficas, nas cidades e nos campos. Reflectiram-se no património total, por via de «monumentos» funcionais e técnicos, assim como deixaram marcas ou pegadas humanas profundas no planeta. O PIT é um dos patrimónios mais complexos da cultura humana. A quantidade de objectos da cultura material tem

obrigado à especialização de novos ramos do PIT, como o património mineiro, o ferroviário, o portuário, o energético, o eléctrico, o rodoviário, para além do alargamento temporal de outros patrimónios como, por exemplo, o naval, o agrário, o subaquático. As intervenções de campo chamaram à atenção para o património arqueológico-industrial, alargando o horizonte da temporalidade da Arqueologia até aos finais do século XX. Por outro lado, fala-se cada vez mais em património técnico e arqueológico pré-industrial, requerendo-se maior cientificidade na sua interpretação de modo a não confundir a sua materialidade com a etnologia ou as ciências humanas afins. No horizonte da cultura imaterial falamos em proteger os «saber-fazer» técnicos (ainda que em Portugal nunca tivéssemos chegado à recolha e ao inventário sistemático de centenas de técnicas de trabalho que já se perderam em parte ou no todo) e ainda à identificação dos valores sociais, religiosos, culturais e de lazer das comunidades fabris, mineiras e ferroviárias.

“...há necessidade de definir uma política para o Património Industrial e Técnico”

Em quase todos os casos estamos na charneira do novo ciclo cultural do PIT, terminado o seu ciclo funcional, para retomar conceitos desenvolvidos por Michel Rautenberg.

A panóplia dos bens do PIT (paisagens fabris e mineiras, complexos e conjuntos industriais, edifícios e arquitectura, objectos, tais como máquinas, transmissões, ferramentas e produtos), exige uma selectividade fundamentada em princípios e critérios caracterizadores dos valores do PIT, essencialmente assente na inovação técnica, nos factores energéticos, na tipologia da organização industrial, nas formas de trabalho, na alteração dos materiais de construção e de arquitecturas funcionais, no uso de máquinas, na produção em série e na natureza dos produtos de consumo do novo tipo de Homem da Era Industrial.

Naturalmente, a melhor compreensão e interpretação das culturas materiais e imateriais do PIT reflecte-se no desenvolvimento da Museologia industrial, isto é, na criação e na produção de museus técnicos, industriais, mineiros e ferroviários, que hoje são uma realidade da salvaguarda e da conservação do PIT em Portugal. Estes museus são a parte mais visível deste universo e têm beneficiado dos contributos da Museologia geral e do avanço - ainda que lento - da conservação estática e dinâmica dos bens industriais e técnicos. São também os locais de maior visibilidade e difusão deste universo cultural.

AC – Faz falta um museu da indústria que preserve o PIT português?

JC – Depois da exposição da *Central Tejo*, realizada em Lisboa entre Maio e Dezembro de 1985 (há 30 anos), sempre defendi que era necessário haver em Portugal um museu central de carácter nacional relacionado com a Indústria e a Técnica. Defendemos então a forma de um Museu da Indústria e dos Transportes⁴. Naquela altura teria sido o momento ideal para a sua concretização, pois no projecto encontravam-se envolvidos a Associação Industrial Portuguesa, a Associação Industrial Portuense, algumas empresas de transporte e fabris e os primeiros técnicos especializados neste novo ramo patrimonial. Esta ideia foi retomada pela APAI, entre 1986 e 2004 e apesar de ter sido objecto de aprovação e corresponsabilização estatal nunca veio a concretizar-se. Uma machadada feroz no espólio necessário para a concretização da ideia foi dado pelos responsáveis políticos e técnicos que criaram o actual Museu Nacional dos Coches. Nos edifícios militares derrubados para a construção do Museu Nacional dos Coches estava a colecção técnica reunida para o Museu da Indústria, colecção que remontava a 1986. Os objectos não se perderam, mas foram depositados noutros museus existentes, conforme as respectivas temáticas e missões, tornando-se agora difícil retomar um processo, abortado em 2010. Todavia, há necessidade de definir uma política para o PIT do país e isso implica a criação de um organismo ligado ao património cultural que tenha por missão - em colaboração com a sociedade civil, as universidades, os museus industriais, as associações industriais e empresas - pôr em prática as ideias e os princípios já definidos desde a década de 80, melhorados e ampliados pelas experiências e as instituições europeias e internacionais.

⁴ No Porto também se defendeu essa necessidade, através do Museu da Ciência e da Indústria, confinado mais tarde à designação de Museu da Indústria.

NOTÍCIAS ICOM

Seminário Histórias Partilhadas para uma Europa sem Linhas Divisórias Conselho da Europa e ICOM Portugal

Maria Luísa de Bivar Black, consultora, Conselho da Europa



A 25 e 26 de Março último, por iniciativa do Conselho da Europa e do ICOM Portugal, decorreu no Museu Nacional de Arqueologia (MNA) em Lisboa um seminário para divulgação do *ebook* recentemente publicado pelo Conselho da Europa: [Shared Histories for a Europe Without Dividing Lines](#).

A parceria com o ICOM Portugal resulta da relação próxima entre o ensino da história e a mediação educativa e cultural que se materializa no desenvolvimento de actividades lectivas nos museus. O seminário quis *fazer a ponte entre o ensino formal e não formal*, aprofundando essa relação privilegiada e complementar. Durante dois dias professores, mediadores e curadores partilharam experiências, mostraram resultados, desafios e constrangimentos do seu trabalho, divulgaram metodologias e participaram conjuntamente em *workshops*, que exploraram o espólio museológico do MNA⁵. Estiveram presentes participantes de Portugal, Chipre, Itália, Malta, França, Grécia, Espanha, Turquia, Eslovénia e Estónia (cf. [programa](#)).

Shared Histories é um livro digital interactivo com vários *links* para fontes externas, que destaca a importância de, através do ensino da história, se chegar a uma compreensão partilhada da história como um edifício de vários andares, que oferece a

⁵ No âmbito do projecto [EMEE](#) - Eurovision Museum Exhibiting Europe.

possibilidade de partilhar conhecimento, compreensão, memórias, emoções, atitudes e valores.

Explora quatro grandes temas (Impacto da Revolução Industrial, Desenvolvimento da Educação, Direitos Humanos como Reflectidos na História de Arte, e A Europa e o Mundo), enfatizando que todas as experiências, incluindo conflitos, são partilhadas num espaço com dimensões geográficas, históricas e culturais sem linhas divisórias, sejam elas fronteiras naturais, fronteiras políticas e fronteiras da mente.

Principais conclusões:

Ensinar e aprender história, hoje, é uma tarefa difícil, mas importante, que decorre na escola e fora dela. Os espaços museológicos são locais privilegiados de aprendizagem. A ignorância da história deixa as pessoas vulneráveis à manipulação, ao passo que a compreensão da mesma nos ajuda a manter a mente aberta para formarmos as nossas próprias opiniões e exercer os nossos direitos e responsabilidades como cidadãos.

Deve promover-se um conhecimento mais amplo das interacções e convergências partilhadas por europeus. Isto implica abandonar a narrativa única - a história deve ser suportada por evidência adequadamente abrangente e robusta. Nenhum relato histórico pode reivindicar o *status* de ser o único repositório da verdade e/ou de superioridade moral. Em particular, as histórias nacionais devem abster-se de considerar, nas suas narrativas, como “outros” ou “inimigos” os que não fazem parte da nação.

Dos desafios especiais com que a humanidade se depara hoje, a manipulação da diversidade cultural é um deles. É um desafio que o ensino da história e a mediação museológica devem enfrentar, em parceria, no século XXI: a diversidade cultural, que marca as sociedades contemporâneas, para ser respeitada deverá ser compreendida.

O e-book é uma *cloud* de materiais que são adaptáveis e de fácil acesso, e oferece – como um museu – uma enorme variedade de oportunidades de ensino e aprendizagem com fontes de diferentes países para o ensino e aprendizagem da história.

Reutilizar, Partilhar e Contar Histórias⁶

Apresentação do CIDOC em Portugal

Ana Carvalho, investigadora do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora

No passado dia 22 de Maio teve lugar no Museu de Lisboa - Palácio Pimenta (antigo Museu da Cidade) uma apresentação sobre o CIDOC (Comité Internacional do ICOM para a Documentação). Esta sessão, organizada pelo ICOM Portugal, insere-se numa estratégia de aproximação e conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelos comités internacionais do ICOM com vista a uma maior participação portuguesa.



Apresentação CIDOC, 22 de Maio 2015 ©
Museu de Lisboa

O CIDOC foi criado nos anos 50, sendo um dos 30 comités internacionais do ICOM e um dos mais numerosos em termos de membros. A intervenção deste comité foca-se nos vários aspectos da documentação de colecções, procurando definir orientações e *standards*, assim como a disseminação de boas práticas neste campo.

A sessão, que teve sala cheia, centrou-se na apresentação do CIDOC por Emmanuelle Delmas-Glass. Emmanuelle faz parte da direcção deste comité e ocupa o cargo de “Collections Information Manager” no Yale Center for British Art (Estados Unidos). A sessão foi ainda conduzida por Alexandre Matos, na qualidade de membro dos corpos gerentes do ICOM Portugal e membro activo do CIDOC.

Uma parte importante do trabalho que o CIDOC desenvolve diz respeito aos grupos de trabalho com tópicos e objectivos específicos. São actualmente 11 grupos temáticos (cf. <http://network.icom.museum/cidoc>). Destacamos dois, os mais recentes. O recém-criado *Exhibition and Performance Documentation* é um grupo de trabalho que tem como enfoque a documentação das exposições e vem colmatar a necessidade de gerir a informação sobre a história das exposições. O segundo grupo de trabalho a realçar é o do Património Cultural Imaterial (PCI), que se organizou recentemente e teve a sua primeira reunião em Dresden (Alemanha) durante a última conferência anual do CIDOC. A criação deste grupo expressa bem a necessidade de documentar o imaterial no seio das colecções, até aqui um tópico pouco desenvolvido. O trabalho a realizar será norteado pelas orientações da UNESCO, nomeadamente a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, estabelecendo a ligação entre objectos/colecções e PCI, e respeitando o princípio de envolver as comunidades nos

⁶ Este texto tem o apoio dos Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto UID/HIS/00057/2013.

processos de documentação. Este grupo de trabalho é coordenado pela indiana Manvi Seth (National Museum Institute) e conta com um membro português, Fernando Cabral (Sistemas do Futuro, Lda.).

Com o debate que se gerou após as intervenções mais formais, ficou patente a identificação de algumas problemáticas e tendências nesta área de actuação. Uma delas prende-se com a dificuldade em fixar normas e instrumentos padronizados que possam ser úteis a diferentes instituições. Neste sentido, foram referidos alguns exemplos portugueses que souberam tirar partido de normas e *thesauri* produzidos a nível internacional e que foram objecto de tradução e implementação em Portugal. É o caso do Spectrum, norma para a documentação e gestão de colecções, que foi criada pela Collections Trust (Reino Unido) e recentemente traduzida para português - Spectrum.pt - e o caso do *Thesaurus - Vocabulário de Objectos de Culto Católico* (2004) traduzido e adaptado do projecto italiano *Thesaurus Multilingue del Corredo Ecclesiastico*. Um outro caso digno de nota é o projecto internacional *Thesaurus de Acervos Científicos em Língua Portuguesa*, uma parceria entre instituições portuguesas e brasileiras (<http://thesaurusonline.museus.ul.pt>).

De um modo geral, ficou claro que apesar de todos os desenvolvimentos nesta área a partilha da informação no sector museológico ainda é uma dificuldade a ultrapassar. Por outro lado, verifica-se que a cooperação entre museus, arquivos e bibliotecas é cada vez mais sentida como uma necessidade, uma vez que os museus albergam não só objectos, como outros materiais de arquivo, interpelando, assim, olhares cruzados entre museólogos, arquivistas e bibliotecários. O grupo de trabalho “Sistemas de Informação em Museus” (desde 2012) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) é representativo da relevância de abordagens mais integradas. Além disso, fala-se cada vez mais em interoperabilidade dos sistemas de informação, ou seja, o benefício de uma gestão da informação que permita interligar e cruzar informação de diferentes acervos.

A ideia de *re-use* é uma das tendências-chave neste campo, ou seja, a possibilidade de promover a reutilização de conteúdos de forma mais eficaz, através dos sistemas de informação.

Efectivamente, há no âmbito das questões técnicas e tecnológicas um caminho ainda longo a percorrer nos museus face a uma constante adaptação à sociedade e para acompanhar os novos desenvolvimentos. No entanto, também ficou patente a necessidade de uma mudança de atitude no que diz respeito às políticas de gestão de colecções. Não raras vezes, no esforço de colocar a informação sobre os objectos nas bases de dados, se negligencia a capacidade de contar histórias através dos objectos, correndo o risco de se transmitir uma informação demasiado hermética.

Nota da ed.: No *website* do ICOM Portugal poderá encontrar o programa, a apresentação de Emmanuelle Delmas-Glass e mais informações: <http://www.icom-portugal.org>.

Novo Projecto de Recomendação da UNESCO relativa à Promoção e Protecção dos Museus e Colecções

Clara Frayão Camacho, museóloga, Direção-Geral do Património Cultural

No âmbito da UNESCO são cerca de 20 as Convenções, Recomendações e Declarações referentes ao património cultural, natural, arqueológico e subaquático, ao tráfico ilícito de bens culturais e à protecção da diversidade cultural. Se todos estes documentos se relacionam directa ou indirectamente com os museus e as colecções, não existe nenhum que lhes seja inteiramente dedicado. Dir-se-á que o ICOM cumpre, e muito bem, há largas décadas o papel de representação dos interesses dos museus e dos seus profissionais. Não obstante, nos últimos anos e face aos riscos que impendem sobre o património cultural móvel, tornou-se patente a necessidade de um instrumento internacional que contribuísse com maior acuidade para a promoção e protecção dos museus e das colecções.



Reunião Intergovernamental de Peritos, 27 e 28 de Maio de 2015
© UNESCO

Nesta perspectiva, por proposta do Brasil, na 36.^a sessão da conferência geral da UNESCO, em 2011, os Estados-membros começaram a discutir o interesse de um instrumento normativo que desse conta dos novos papéis dos museus. No ano seguinte, numa reunião de especialistas, no Rio de Janeiro, organizada conjuntamente pelo Instituto Brasileiro de Museus e pela UNESCO, em parceria com o ICOM, foi reconhecida a UNESCO como a agência apropriada para desenvolver directrizes com vista ao reforço da protecção dos museus e das colecções no mundo. Nesta primeira fase foram encomendados dois estudos preliminares aos museólogos François Mairesse e Patrick O'Keefe, que vieram corroborar a relevância de um instrumento desta natureza. Em colaboração com o ICOM, o Conselho Executivo da UNESCO, em sessão de Abril de 2013, reconheceu a sua pertinência, sob a forma de uma Recomendação.

Deste modo, nos dias 27 e 28 de Maio de 2015 decorreu em Paris, na sede da UNESCO, a Reunião Intergovernamental de Peritos para debate da nova Recomendação relativa à Promoção e Protecção dos Museus e das Colecções, da sua Diversidade e do seu Papel na Sociedade, na qual tive oportunidade de participar em representação de Portugal. Nesta reunião e após dois dias de intensos debates foi aprovado o texto que será presente à assembleia-geral da UNESCO de Outubro próximo para aprovação pelos Estados-membros.

O projecto de Recomendação adopta as definições de museu e de colecção do ICOM e as funções museológicas primárias de preservação, de investigação, de comunicação e de educação, propondo uma especial atenção às questões sociais, designadamente no âmbito da globalização, da relação com a economia e a qualidade de vida e das tecnologias de informação e comunicação. Os Estados-membros da UNESCO são

convidados a desenvolver políticas de apoio ao cumprimento das funções dos museus e a reforçar a promoção dos museus na sua diversidade e no respeito pelas boas práticas.

O que traz de novo esta Recomendação, cujo texto aguarda aprovação pela assembleia-geral da UNESCO? Em primeiro lugar, o documento chama a atenção dos Estados-membros para o potencial dos museus na consciencialização pública do valor do património cultural e natural e para o seu papel no apoio ao desenvolvimento económico, na linha de outros textos emanados da UNESCO. Em particular, a Recomendação sublinha a importância da protecção e promoção dos museus e das colecções enquanto parceiros do desenvolvimento sustentável, através da preservação e protecção do património, da protecção e promoção da diversidade cultural, da transmissão do conhecimento científico e do desenvolvimento de políticas educativas e de coesão social.

Porventura os aspectos de maior utilidade para os museus são os que dizem respeito às políticas que os Estados-membros da UNESCO são convidados a promover e a apoiar. Tendo em consideração que os documentos provenientes do ICOM se dirigem predominantemente aos profissionais de museus, e apenas nalguns aspectos particulares às respectivas tutelas, a nova Recomendação tem como interlocutores principais os governos nacionais dos países que integram este organismo internacional. É, assim, no campo das políticas públicas que se situa o novo documento que percorre não apenas as funções museológicas e as boas práticas mas também questões como o emprego de pessoal qualificado, o financiamento, as parcerias e o papel social dos museus.

Finalmente, assinala-se o reconhecimento da necessidade de proteger e promover as colecções que não estão incorporadas em museus, o que, no caso português, pode ser interpretado e utilizado no âmbito do desenvolvimento do conceito de colecção visitável da Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Dada a importância política deste novo instrumento que interpela os Estados-membros da UNESCO ao mais alto nível, espera-se que venha a ser aprovado pela assembleia-geral e contribua para o encorajamento de políticas públicas destinadas ao sector museológico.

Nota da ed.: Mais informações sobre esta reunião em: <http://en.unesco.org>.

Assembleia-geral do ICOM Internacional

Notas do ICOM Portugal

Joana Sousa Monteiro, membro da direcção do ICOM Portugal

Como habitualmente acontece no início de Junho (1–3), realizou-se no edifício da UNESCO, em Paris, a 30.^a reunião anual da assembleia-geral do ICOM e a 80.^a sessão dos comités consultivos, com todos os países, alianças regionais e comités associados.

Nas reuniões decorridas este ano foram várias as questões abordadas em torno dos museus numa sociedade em mudança, estratégias para o futuro e os problemas das colecções de museus numa época de crescente terrorismo.

Em relação ao próprio ICOM e à sua evolução recente, foram destacados pelo presidente, Hanz-Martin Hinz, alguns aspectos do [relatório anual de 2014](#), tais como o número de membros activos, o qual continua a aumentar. Em 2014 o número de membros aumentou 7,7% em relação ao ano anterior, num total de 32 969 associados distribuídos por 135 países, sendo que 81% estão na Europa e 39% pertencem a comités internacionais.

Outros colegas do ICOM internacional apresentaram dados actualizados referentes à caracterização dos seus membros activos e pagantes, tendo a direcção voltado a apelar a uma maior pertença aos comités internacionais, tal como o ICOM Portugal vem tentando fazer, bem como projectos inter-comités, nacionais e/ou internacionais e regionais ou afiliados. O trabalho inter-comités é de facto uma área importante que merece ser mais desenvolvida por todos nós. Foi, de igual modo, enfatizada a importância da criação e da dinamização de comités nacionais em países não europeus, designadamente em África e na Ásia.

Foram indicados os resultados muito positivos que tem tido o centro do ICOM de formação contínua em várias áreas da Museologia, localizado em Pequim, tanto em número de participantes, como na diversidade dos temas abordados e das metodologias.

Nas reuniões deste ano foi dado particular destaque à questão dos patrimónios em risco, tema infelizmente muitíssimo actual. Nos dias de hoje surge uma crescente necessidade de reagir a um mundo conturbado por ataques terroristas, à morte de visitantes inocentes a museus e à destruição do património que nos é comum. Neste momento decorrem várias reuniões com as principais organizações governamentais e não-governamentais internacionais envolvidas com o objectivo de desenvolver um



Assembleia-geral do ICOM, 1–3 Junho, em Paris
© Luís Raposo

plano de acção comum para combater o tráfico ilícito de bens e salvar a herança histórica do Iraque, da Síria, da Líbia e do Iémen. Neste sentido, durante a assembleia-geral foi assinado um acordo de colaboração entre o ICOM e o Governo dos Estados Unidos para que seja publicada uma versão actualizada da Lista Vermelha sobre as antiguidades iraquianas em risco, datada de 2003. Da mesma forma, serão publicadas ao longo de 2015 Listas Vermelhas de património cultural em risco na Líbia e África Ocidental, incluindo o Mali.

Foram pela primeira vez organizadas reuniões de grupos de trabalho previamente constituídos no âmbito de alguns dos órgãos do ICOM e que preparam, desde há algum tempo, o debate sobre assuntos estratégicos para o ICOM, os quais merecem uma atenção prioritária na organização: a) estatutos, regulamento interno e governança do ICOM; b) um novo plano estratégico do ICOM para os próximos dez anos (em que estivemos presentes); c) uma nova definição de museu para uma nova era. Todos estes temas serão oportunamente divulgados pelo ICOM quando houver dados concretos para apresentar, designadamente durante a próxima conferência trienal em Milão.

Tal como divulgámos recentemente, o ICOM e a UNESCO elaboraram uma Recomendação sobre a Protecção e a Promoção dos Museus e Colecções, a sua diversidade e o seu papel na sociedade num mundo em mudança. Este é um primeiro passo para considerar uma nova definição para os museus do terceiro milénio, como ecologicamente sustentáveis. Esta nova definição será apresentada na conferência geral que decorrerá de 3 a 9 de Julho de 2016, em Milão. Do mesmo modo, foi apresentado o ponto de situação da preparação da conferência de Milão, cujo tema é ***Museus e Paisagens Culturais***, o mesmo mote para o Dia Internacional dos Museus.

A cidade escolhida, por uma grande maioria, para anfitriã da conferência trienal de 2019 foi Quioto (Japão), em detrimento de Cincinnati (Estados Unidos). O tema será ***Os Museus como Plataformas Culturais: O Futuro e as Tradições*** e, entre algumas das propostas do ICOM Japão, contam-se facilidades de participação, tais como: isenção de pagamento de visto de entrada no país para os membros ICOM, valores pré-fixos e variados de alojamento, assim como bolsas para incentivar a participação na conferência. A cidade de Quioto vai envolver neste evento cerca de 200 instituições culturais, na sua maioria museus, mas também muitos dos seus templos Budistas e santuários Xintoístas, e outros monumentos.

De entre uma multiplicidade de propostas para o tema do Dia Internacional dos Museus de 2017 e 2018, os mais votados por todos os representantes de comités nacionais e internacionais foram ***Museums and Contested Histories: Saying the Unspeakable in Museums*** para 2017, e ***Hyperconnected Museums: New Approaches, New Publics*** para 2018, sendo ainda de aguardar a tradução oficial para língua portuguesa de ambos os temas. De entre os vários momentos do programa de reuniões deste ano, mereceu-nos particular destaque a dinâmica e o interesse dos temas apresentados e debatidos no âmbito da reunião do conselho consultivo do ICOM, com a inclusão de apresentações não habituais de representantes de comités internacionais e de

organizações afiliadas do ICOM, revelando o momento de renovada energia que o ICOM atravessa.

A Civilização Contra a Barbárie: Património Cultural, Memória da Humanidade

Sessão de Informação e Debate

Mário Nuno Antas, membro da direcção do ICOM Portugal

Decorreu, no passado dia 3 de Junho, uma sessão de informação e debate intitulado *A Civilização Contra a Barbárie: Património Cultural, Memória da Humanidade* no Museu Nacional de Arqueologia. Em boa hora decidiu a Associação dos Arqueólogos Portugueses, em parceria com o Museu Nacional de Arqueologia, a Comissão Portuguesa da UNESCO e as Comissões Nacionais do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) e do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), organizar este encontro devido à actualidade e pertinência do tema.



Sessão de Informação e Debate, Museu Nacional de Arqueologia, 3 de Junho © Carlos Diniz

Nos últimos tempos, as agências noticiosas de todo o mundo têm mostrado imagens chocantes sobre a destruição de sítios integrantes do Património Mundial da Humanidade, nomeadamente Palmira, tomada por tropas do chamado “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”, vulgo ISIS ou Daesh, que já anteriormente havia cometido idênticas atrocidades em locais como Mari, Nimrud, Mossul, Zenobia, Aleppo, entre tantos outros.

Neste debate, e visto que estas destruições têm ocorrido no Próximo/Médio Oriente e no Norte/Centro de África, estiveram ainda presentes o embaixador da República do Iraque, Rast N. Shawais, e o conselheiro cultural da República Árabe do Egipto, Hatim Elalfy. Também convidado, Jorge Sampaio, ex-Presidente da República Portuguesa (1996–2006) e antigo Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações (2007–2013), apesar de não poder estar fisicamente presente endereçou aos participantes uma mensagem especialmente gravada para o efeito.

Para além dos relatos emocionados de alguns dos oradores, a tónica do debate foi sempre colocada no sofrimento das pessoas que vivem este drama diário. Foi ainda lembrado que nesta zona do planeta estas práticas de destruição do património, para chamar a atenção da comunidade internacional, iniciaram-se em 2001 com a destruição dos Budas de Bamiyan, no Afeganistão.

Esta sessão de informação cumpriu na plenitude a sua missão, na medida em que alertou as pessoas sobre a verdadeira dimensão da destruição do património cultural não é totalmente conhecida e será porventura muito mais chocante. Tal como enfatizado, não estamos apenas a falar de monumentos, estamos a falar de pessoas e da destruição da sua identidade. A questão que se coloca é a de como mostrar a herança cultural de povos antigos às gerações vindouras, uma vez que esse mesmo património está a ser aniquilado. Trata-se, pois, de um problema real e transversal a todos os cidadãos que se vêem assim vilipendiados na fruição de monumentos e museus e, em última instância, privados de parte da memória colectiva da Humanidade.

Os presentes neste encontro têm a noção de que a comunidade internacional está atenta a este problema, tal como demonstram as mais recentes resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a matéria (n.º 1483, de 2003; n.º 2199, de 2015) ou a acção do ICOM a nível internacional, sobretudo através da organização Blue Shield e da Disaster Relief Task Force, especificamente criada para o efeito para acompanhar o desenvolvimento da situação, sensibilizando os cidadãos e mobilizando a opinião pública para esta questão.

Esta sessão estendeu-se pela noite, mas a audiência manteve-se firme e a participação foi bastante activa. Recorde-se, a título de exemplo, a valiosa intervenção de Conceição Lopes da Universidade Coimbra, responsável pela equipa de arqueólogos portugueses que nos últimos anos tem efectuado trabalhos de campo para a salvaguarda do património iraquiano.

No entanto, esta sessão não se ficou pela simples informação transmitida pelos oradores e membros do público que usaram a palavra. Houve claramente a criação de sinergias entre os presentes, no sentido de não se ficar apenas e só no campo das intenções. Tendo em conta estes aspectos, os representantes das organizações presentes mostraram a sua total abertura para subscreverem um documento que assumia uma tomada de posição conjunta com medidas concretas sobre o que fazer sobre este flagelo trazido pela intolerância sobre os mais elementares valores da Humanidade.

Neste sentido, a própria Associação dos Arqueólogos Portugueses e o ICOM, no plano mundial, sobretudo através da organização Blue Shield e da Disaster Relief Task Force acompanham com a maior apreensão a situação em referência e sentem-se na obrigação de mobilizar todos os cidadãos para um combate de civilização contra a barbárie.

Por último, é de saudar que a Associação dos Arqueólogos Portugueses, para além de ter organizado o encontro, já tenha produzido um comunicado manifestando a sua tomada de posição (consultável em: <http://ml.ci.uc.pt>). Venham pois tomadas de posição idênticas e que a intenção e empenho de todos os presentes na reunião não esmoreça, não se esgote na força das palavras, mas sim na realização de actos concretos.

Prioridades em Mudança

40.^a Conferência da International Association of Transport and Communications Museums

Maria Vlachou, directora executiva da Acesso Cultura

A conferência da International Association of Transport and Communications Museums (IATM)⁷ teve lugar no Porto, nos dias 28 a 30 de Junho e encerrou em Lisboa, no dia 1 de Julho. Participaram cerca de 40 delegados, representantes de museus de vários países da Europa, e também dos Estados Unidos, do Canadá, da Índia e da Austrália.

A conferência foi dividida em quatro sessões, em que foram discutidas quatro temáticas de real importância para museus de qualquer tipo (cf. [programa](#) detalhado).

A primeira sessão, dedicada à **sustentabilidade**, foi aberta por **José Portugal**, consultor da empresa Quaternaire.

A apresentação que mais questões levantou foi, provavelmente, a de **Bianca Gendreau** (Canadian Museum of History, Canadá). Em representação de um museu de história, Bianca partilhou connosco as interrogações da instituição na qual trabalha em relação à colecção de objectos ligados à história contemporânea: que objectos devem ser coleccionados? Como saber hoje o que será relevante amanhã? A distância garante objectividade? Como é que os museus podem navegar entre formas antigas de fazer as coisas e as práticas contemporâneas? Coleccionamos objectos ou relações? Qual será o museu que não se confronta com estas questões?

Suzana Faro (Museu dos Transportes e Comunicações, Portugal) veio complementar esta reflexão perguntando que sentido fará os museus preservarem o que as pessoas não conhecem ou não respeitam, por não identificarem valor e não reconhecerem relevância para as suas vidas. Daí a importância dos museus não deixarem para segundo plano o trabalho de exposição e interpretação, para o qual devem garantir os recursos necessários.

Sam Mullins (London Transport Museum, Reino Unido) apresentou a publicação [Hallmarks of a Prosperous Museum](#), disponível no *website* da Association of



40.^a conferência da IATM, auditório do Museu Nacional dos Coches, em Lisboa, 1 de Julho © Museu dos Transportes e das Comunicações

⁷ Nota da ed.: A IATM é uma das organizações filiadas no ICOM.

Independent Museums, um manual prático que identifica factores considerados cruciais para que os museus e monumentos possam continuar a dar passos em frente. **Kimmo Antila** (Finnish Postal Museum, Finlândia) falou da mudança do seu museu de Helsínquia para Tampere e dos desafios enfrentados na criação de uma relação com uma cidade e um público novos. Para além de uma campanha de marketing que começou a anunciar a abertura do museu com a devida antecedência, o Postal Museum optou por abordar nas suas primeiras exposições temporárias temas que poderiam ser vistos por algumas pessoas como controversos: a correspondência de um artista gay ou a chegada de refugiados. Finalmente, **Joachim Breuninger** (Verkehrsmuseum Dresden, Alemanha) quis alertar os presentes em relação às implicações da directiva europeia pela reutilização de informação do sector público (inclusivamente a perda de receita pela disponibilização de documentos ou imagens a custo zero), que pensa que passou despercebida aos museus europeus - felizmente, em Portugal não, uma vez que a Acesso Cultura organizou dois debates em 2013 e 2014 e criou um curso sobre Direito de Autor e Domínio Público, mantendo os profissionais informados sobre as obrigações e os direitos das instituições culturais, assim como sobre as oportunidades criadas pela directiva.

A segunda sessão, sobre os **públicos dos museus**, realizou-se, tal como a primeira, na biblioteca do Museu dos Transportes e Comunicações e foi introduzida de forma provocadora e inspiradora pelo sociólogo **João Teixeira Lopes** (Universidade do Porto). O painel era composto por: Adriana Almeida, Cecília Amorim, Isabel Tavares, Paula Moura (Museu dos Transportes e Comunicações, Portugal), Ragini Bhat (Heritage Transport Museum, Índia); Stephen Quick (Canadian Aviation Museum, Canadá) e Carla Dias (Museu do Carro Eléctrico, Portugal). Os panelistas afirmaram que os museus são para as pessoas, que têm um papel social e educativo e que devem procurar fazer os seus visitantes reflectir, desafiá-los e transformá-los. Foram sobretudo aqui apresentadas iniciativas (exposições, actividades e materiais educativos) que têm como objectivo envolver o público, através de informação e de meios acessíveis e inclusivos.

A terceira sessão, dedicada à **acessibilidade**, foi aberta pela autora numa das salas do núcleo de Lousado do Museu Nacional Ferroviário. Tendo levantado questões sobre actuais barreiras físicas, sociais e intelectuais, os seus pontos foram depois ilustrados pelos casos apresentados pelos panelistas. Assim, **Maria José Teixeira** (Museu Nacional Ferroviário, Portugal) falou da recente inauguração do seu museu localizado numa vila da periferia, o Entroncamento, mas com a ambição de atrair 150 000 visitantes por ano. **Andrew Moritz** (The Workshop Railway Museum, Austrália) procurou sistematizar a sua reflexão em relação a um modelo operacional para o património ferroviário, que inclui aspectos como a missão, as finanças, a manutenção, as parcerias e colaborações, a segurança, mas também a inovação e o risco. **Aija Bauere** (Riga Motormuseum, Letónia) apresentou o projecto de renovação do seu museu, que irá concretizar o sonho para um museu novo, moderno e interactivo, que assenta fortemente em soluções tecnológicas e que se preocupa com a acessibilidade. Por fim, **Stephen Quick** (Canadian Aviation and Space Museum, Canadá) apresentou mais uma exposição do seu

museu que procura tornar a história da exploração do espaço mais próxima e acessível para os visitantes em terra.

A última sessão, dedicada às **redes e parcerias**, teve lugar no auditório do Museu Nacional dos Coches em Lisboa e foi aberta por **Clara Frayão Camacho** (Direção-Geral do Património Cultural, Portugal). Clara apresentou os resultados da sua tese de doutoramento em relação às redes formais nacionais de museus em vários países da Europa. De seguida, **João Carvalho Dias** (Museu Calouste Gulbenkian, Portugal) apresentou a história do museu, do seu fundador e da colecção. **Kilian Elsasser** (Museumsfabrik e BLS Foundation, Suíça) apresentou os resultados do restauro do comboio *Blue Arrow*, um projecto interdisciplinar que contou com o apoio financeiro de vários parceiros, públicos e privados. Por fim, **Stephen Quick** (Canadian Aviation and Space Museum, Canadá), que no dia anterior tinha sido eleito novo presidente da IATM, apresentou mais uma iniciativa do seu museu e encerrou a conferência.

Algo referido por muitos dos participantes, oradores e audiência, foi a importância da presença e colaboração dos entusiastas dos transportes e comunicações nos museus deste tipo. Sendo grandes conhecedores destas matérias, são muitas vezes envolvidos nas actividades dos museus, são eles a propor e a desenvolver algumas delas e têm até o seu próprio espaço de trabalho, como é o caso do Museu Nacional Ferroviário no Entroncamento.

As minhas últimas palavras são para a Suzana Faro, directora do Museu dos Transportes e Comunicações, e para as colegas do serviço educativo: Adriana Almeida, Cecília Amorim, Isabel Tavares e Paula Moura. A organização da conferência foi exemplar, a hospitalidade também.

Os Jardins Botânicos na Década da Biodiversidade: Horizontes e Desafios

7.º Congresso Europeu de Jardins Botânicos

David Felismino, bolsheiro de investigação, Museu Nacional de História Natural e da Ciência

Em Julho (6–10), teve lugar em Paris (Muséum National d’Histoire Naturelle) a 7.ª edição do [EUROGARD](#), um dos mais importantes congressos dedicados a jardins botânicos, organizado a cada três anos, pelo [European Botanic Gardens Consortium](#).⁸

Lugares híbridos, com múltiplas valências, os jardins botânicos são espaços de ciência, educação, história e lazer. Possuem um inegável valor histórico e patrimonial, consagrados pela UNESCO e declarados museus pelo ICOM logo em 1946. Quando nas cidades, são locais de coesão urbana em articulação com a envolvente, em termos sociais e culturais. É de igual reconhecimento o seu potencial económico nas comumente designadas economia do lazer (turismo) e do meio ambiente (conservação da biodiversidade).



7.º Congresso Europeu de Jardins Botânicos © David Felismino

Desempenham um papel fulcral na conservação do património natural e da diversidade biológica, preservando espécies, assegurando a continuidade de ciclos evolutivos e desenhando trajetórias de desenvolvimento compatíveis com a sustentabilidade ambiental e social. No entanto, esta função primordial tem sido esquecida pelos decisores políticos e as sociedades, paradoxalmente numa época de grave crise ambiental, com sinais de agravamento acelerado.

Nunca é de mais realçar o contributo de extrema relevância dos jardins botânicos nas questões da actual agenda verde internacional, em particular na concretização dos objectivos estipulados no Plano Estratégico das Nações-Unidas para a Protecção e Conservação da Biodiversidade (2010)⁹ e na Estratégia Global para a Conservação das Plantas (2002, 2014)¹⁰. Estes dois planos visam promover até 2020: a preservação da diversidade de ecossistemas e espécies, a consequente erradicação das causas subjacentes à perda da biodiversidade, a utilização sustentável dos recursos naturais, e

⁸ Nota da ed.: David Felismino teve o apoio de uma bolsa do ICOM Portugal.

⁹ Para mais detalhes sobre o Plano Estratégico, veja-se o texto completo do Protocolo de Nagoya, assinado em 29/10/2010, em <https://www.cbd.int/sp/targets/>.

¹⁰ Texto completo e actualizado da Estratégia Global para a Conservação das Plantas, disponível em: <http://www.bgci.org/files/Publications/StrategicPlanlowres.pdf>.

a aplicação de planos nacionais, participativos e actualizados, com base na promoção da investigação e da educação.

Foi em torno destes temas que representantes de quase 60 jardins e universidades de todo o mundo, entre os quais vários portugueses, se reuniram neste EUROGARD, reflectindo sobre a implementação destas estratégias globais e perspectivando futuros desafios.

De modo geral, sai reforçado o papel seminal dos jardins botânicos na prossecução destas estratégias. Mediante instrumentos e recursos, que combinam investigação, educação e comunicação, asseguram: a conservação das plantas (coleção de plantas vivas, bancos de sementes, herbários); a reposição ecológica das mesmas; o conhecimento da diversidade biológica vegetal (espécies raras, ameaçadas e em extinção); a monitorização da diversidade genética de culturas e invasões biológicas; e a educação ambiental de públicos diversos. Em suma, a sua actividade diária ajuda a conter a continuada perda de biodiversidade vegetal, sublinhando o papel vital da mesma no funcionamento dos ecossistemas e na garantia da provisão de bens e serviços por eles proporcionados.

Não obstante os esforços, são evidentes as dificuldades em influenciar os sectores económicos e as políticas governamentais locais, continuando a biodiversidade vegetal a sofrer constantes pressões que afectam a resiliência dos ecossistemas e põem em perigo os esforços contínuos de alerta e melhoria empreendidos nos últimos trinta anos. Paradigmático desta realidade é o caso de Portugal que adiou, para 2020–2030, o estabelecimento de programas estratégicos de adaptação às alterações climáticas¹¹.

Como os jardins botânicos podem reforçar a sua capacidade de intervenção? Primeiro, através do aumento e valorização da investigação que permite monitorizar a biodiversidade vegetal. Uma segunda via, mediante a consolidação das suas políticas educativas, inovando, diversificando e direccionando para a defesa participativa da diversidade dos ecossistemas e dos recursos ambientais. Por fim, criando alargadas redes de cooperação, nacionais e transnacionais que envolvam, desde o princípio, um espectro alargado de agentes políticos, sociais e económicos. O que se pretende é uma consciencialização mais eficaz das sociedades e decisores num curto, médio e longo prazo, que possa sustentar as metas de 2020.

Em 2018, Lisboa acolherá a próxima edição do EUROGARD. Dois anos antes da conclusão dos planos de Nagoya, será novamente a ocasião de avaliar se as estratégias concertadas em Paris este ano possibilitaram um maior e melhor cumprimento dos objectivos propostos para a conservação da biodiversidade.

¹¹ Estiveram à consulta pública até Junho deste ano, o Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC), de um Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2020–2030) e de uma Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020). Para mais informações sobre o Quadro e os dois Planos, consulte-se as propostas do Governo em: <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=81&sub2ref=1181>.

MUSEUS & PESSOAS: Hans-Martin Hinz

Presidente do ICOM desde 2010, Hans-Martin Hinz iniciou a sua carreira na Alemanha e tem ocupado vários cargos no seio do ICOM. Nesta entrevista cedida em exclusivo para o ICOM Portugal encontramos o essencial da sua visão sobre o papel do ICOM na actual conjuntura. Como sublinhou, defender a importância dos museus na sociedade junto dos actores políticos revela-se fundamental em tempos de crise e de grande competição entre instituições dependentes de subvenções públicas. Os valores éticos, o profissionalismo, a protecção do património cultural e a partilha entre profissionais são algumas das ideias-chave que caracterizam a sua liderança. É com optimismo que olha para o futuro dos museus e do ICOM.¹²



ICOM PT – O que o levou a trabalhar no mundo dos museus?

Hans-Martin Hinz (HH) – Quando o governo alemão anunciou a fundação de um Museu Histórico Alemão em Berlim há 30 anos, pensei que isso poderia tornar-se num grande projecto. Eu tive a minha primeira posição nesse projecto para ajudar o ministro na preparação dos documentos da fundação e para ajudar o conselho consultivo do museu na elaboração da concepção para a nova instituição, que viria a tornar-se um museu muito moderno. Para mim, era simplesmente fascinante fazer parte do projecto que começou como uma ideia política e tornou-se num dos maiores museus do país em apenas uma geração.

ICOM PT – O que representa o ICOM para si e o que é mais relevante no ICOM para os profissionais de museus do mundo?

HH – Quando entrei para o Museu Alemão de História Nacional, que tem um conceito muito internacional, ficou claro para mim que o ICOM era a organização ideal para vincular esse novo museu com o mundo e para aprender com outros colegas de museus, tanto quanto possível. A conferência geral do ICOM de 1992 e as reuniões anuais do

¹² A entrevista pode ser lida em inglês em:

https://drive.google.com/file/d/0B_CpN6YFsqgQT0VnOGUwU3lvVzg/view?usp=sharing.

ICMAH (Comité Internacional do ICOM para Museus e Coleções de Arqueologia e História) foram as minhas primeiras experiências positivas com o ICOM.

Para mim, o grande valor do ICOM é a sua rede global. Os museus em toda a parte são cada vez mais internacionais, muitos deles globais. Nas exposições explicamos não só a nossa própria história e cultura, mas também o passado dos outros. Portanto, vale a pena saber como os profissionais de museus pensam e trabalham noutras partes do mundo. Os “produtos” do nosso trabalho, as exposições, tornam-se mais autênticos se incluirmos as experiências e os conhecimentos dos outros. O ICOM é o fórum ideal para isso.

ICOM PT – Como prevê o futuro imediato do ICOM? Que áreas devem ser desenvolvidas?

HH – O ICOM está-se a tornar cada vez mais atraente para os colegas de museus de todo o mundo. O número de membros está a aumentar rapidamente e há uma boa razão para isso: o trabalho dos diversos comités é excelente. Os colegas de museus percebem a importância do intercâmbio internacional para o trabalho em questões importantes dos museus dos seus países.

O ICOM é também reconhecido como um importante activista e parceiro quando se trata da protecção do património cultural dentro e fora dos museus. Os governos e os parlamentos descrevem o Código de Ética do ICOM como um documento importante e uma ferramenta para o desenvolvimento dos museus nos seus países. Internacionalmente, o ICOM é um parceiro importante de outros organismos internacionais, como a UNESCO e outras organizações não governamentais que trabalham no domínio da cultura. A UNESCO tem vindo a discutir e vai aprovar um documento sobre museus em breve, que foi elaborado principalmente pelo ICOM. Será o primeiro documento sobre museus da UNESCO em 55 anos. O profissionalismo interno e externo do ICOM desenvolveu-se muito nos últimos anos e continuará no futuro.

ICOM PT – Como vê a realidade museológica a médio prazo numa Europa em crise?

HH – Nem todos os países europeus sofrem com a crise económica como alguns países do Sul. Algumas regiões estão em expansão, outras não. De qualquer forma, é importante que os museus expliquem às suas tutelas, na Europa são maioritariamente entidades públicas, da importância do trabalho dos museus ao serviço da sociedade. Se olharmos para trás na história, a política cultural tem muitas vezes reagido às mudanças da sociedade e tem estimulado o sector educacional, incluindo os museus. Os museus hoje competem com outras instituições e temos de convencer os políticos de que os investimentos no sector cultural, especialmente em tempos de crise, têm um importante efeito sustentável. A iniciativa do ICOM Portugal e do ICOM Europa na elaboração da

“Declaração de Lisboa” é um passo importante. Cada vez mais políticos e organizações estão a ficar cientes disso mesmo.

ICOM PT – Quais as principais acções desenvolvidas pelo ICOM face à destruição do património por terroristas e que novas medidas contra o tráfico ilícito em colecções de museus em cenários de guerra?

HH – Os projectos do ICOM contra o tráfico ilícito de bens culturais são uma ferramenta importante para ajudar. A nossa *Task Force Relief Disaster* está a fazer um óptimo trabalho para descobrir o que aconteceu em áreas de conflito. O programa do ICOM das Listas Vermelhas para a protecção do património cultural em risco é muito respeitado por todas as partes interessadas no terreno. Quando lançamos as Listas Vermelhas, as nossas conferências de imprensa são muito concorridas. Ministros, embaixadores e altos representantes da UNESCO têm-se juntado a esses eventos, e encontram-se muitos relatos sobre o nosso programa nos *media*.

Sabemos que as Listas Vermelhas são as fontes mais importantes para conseguir que objectos roubados voltem aos seus locais de origem.

ICOM PT – Enquanto observador privilegiado das diferentes realidades museológicas, acha que há uma tendência para a gestão privada dos museus (no mundo ocidental)?

HH – Não é fácil falar de uma tendência geral. Tradicionalmente, a filosofia europeia de propriedade do museu é mais orientada para o Estado. O Estado tem que cuidar dos museus. Na América do Norte é quase o oposto. A gestão dos museus é da maior importância para o seu sucesso, uma vez que as subvenções públicas são muito mais baixas do que nos museus europeus.

Com a crise financeira, em certas partes da Europa e o aumento dos problemas sociais, os governos e as administrações têm que cuidar primeiro dos problemas sociais, uma vez que têm uma obrigação legal para tal. Normalmente, a cultura não tem o mesmo estatuto e, legalmente falando, as subvenções para as instituições culturais são voluntárias. A redução de subsídios é um dos resultados, o foco em métodos de gestão mais eficazes é outro. Hoje encontra na Europa muito mais gestores em museus como directores do que no passado. Um dos objectivos é angariar dinheiro de terceiros para os museus, a fim de equilibrar os cortes do orçamento público.

De facto, nalguns países houve uma discussão acerca do papel do Estado na gestão de todas as instituições culturais. Eu não vejo nenhuma mudança fundamental sobre a responsabilidade do sector público na Europa. Talvez algumas experiências individuais aqui e ali, mas não há nenhuma filosofia europeia completamente nova.

ICOM PT – Quais os novos papéis dos profissionais de museus num futuro a médio prazo?

HH – Os novos papéis são os antigos: o mundo está a mudar, as expectativas dos públicos em matéria de museus está a mudar e os museus estão sempre num processo de mudança. Os museus e os profissionais têm de reflectir os desafios da época. Eles podem ser pioneiros no serviço à sociedade quando são parte da mudança social. Hoje querem ser incluídos, gostam de trabalhar de forma sustentável, querem apresentar diferentes visões sobre história e cultura, e em certos países os museus são locais de reconciliação.

Em minha opinião, o ICOM é a organização ideal para apoiar esse desenvolvimento, oferecendo permanentemente um intercâmbio internacional. Saber mais sobre o trabalho dos outros, explicar as próprias experiências e expectativas é uma grande ajuda para o nosso trabalho diário.



© ICOM

ICOM PT – Serão os museus do futuro espaços de elite ou cenários para a atracção de público?

HH – A tendência é muito clara. Durante as últimas décadas centenas de milhares de novos museus foram estabelecidos por todo o globo. O número de visitantes está a aumentar rapidamente. Os próprios museus estão a fazer muito para incluir novos públicos para visitar museus, visitas *online* incluídas.

Os visitantes de elite (pessoas cultas que vivem nas cidades) ainda chegam, mas cada vez mais outros públicos também. Veja-se o trabalho que estão a fazer os museus de

cidade e os museus de bairro, por exemplo, quando abrem as portas para novos cidadãos, para migrantes, para os pobres. Estou muito optimista de que os museus se tornarão cada vez mais inclusivos.

ICOM PT – Qual a principal marca que gostaria de deixar aos profissionais de museus após os seus mandatos como presidente do ICOM?

HH – É muito cedo para uma avaliação final. Ainda há um ano para percorrer.

Nos últimos anos, a responsabilidade do ICOM para com os valores éticos, para elevados padrões de trabalho nos museus, para a protecção do património cultural e como um fórum internacional, tornou-se cada vez mais aceite pelos profissionais de museus (veja-se o aumento de sócios), pelos governos e parlamentos de muitos países, por organizações como a UNESCO e outras organizações não governamentais. Temos trabalhado muito para alcançar estes sucessos.

Estabilizámos a situação financeira do ICOM e o orçamento está em boa forma, melhor do que nunca, graças a um secretariado de grande eficácia profissional.

Estamos a rever as estruturas internas, como os estatutos, as regras e os regulamentos, e o plano estratégico, de forma a sermos mais eficazes no futuro. Este é o trabalho nuclear do meu segundo mandato.

O que será importante no futuro: o Código Deontológico do ICOM, que é mundialmente aceite como um padrão moral, tem quase duas décadas, assim como a definição de museu. Como o mundo mudou entretanto, seria prudente que os membros o discutam a fim de perceber se precisamos de uma actualização.

Estou muito orgulhoso dos muitos colegas que trabalham voluntariamente para o ICOM e para o melhor dos museus. Tenho aprendido muito com os meus colegas durante estes dois mandatos como presidente, mas também nos meus cargos anteriores no ICOM. Enquanto este entusiasmo continuar - a minha política é sempre: membros em primeiro lugar - e eu não vejo o contrário, estou muito optimista em relação ao futuro do ICOM.

PUBLICAÇÕES

Sugestões de leitura

Museologia, Património Industrial e Técnico

Filipe, Graça. 2015. “O Projecto do Museu da Levada de Tomar: A Musealização como Processo de Salvaguarda de Património Técnico e Industrial.” *Almadan (dossiê Arqueologia e Património Industrial: Teoria, Âmbito, Metodologia e Estudos de Caso)* 19 (Jan.): 137–146.

Folgado, Deolinda. 2010. “Património Inclusivo: Das Expectativas aos Desafios.” In *100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910–2010*, 323–335. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

ICOM Portugal. 2010. *Conclusões: Jornada de Reflexão e Debate - Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês, em Silves: Que Futuro?* <http://www.icom-portugal.org/multimedia/SilvesConc.pdf>

ICOM Portugal. 2014. *Comunicado: Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês: Que Futuro?* http://www.icom-portugal.org/documentos_dm,0,425.aspx

Lopes, Luís Filipe Gomes. 2011. “Museu Nacional Ferroviário: Um Museu Industrial?” Dissertação de Mestrado em Museologia, Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/7258>

Matos, Ana Cardoso de, e Maria da Luz Sampaio. 2014. “Património Industrial e Museologia em Portugal?” *Revista Museologia & Interdisciplinaridade* 3 (5): 95–112.

Mendes, José Amado. 2012. “O Património Industrial na Museologia Portuguesa: O Caso Português.” *Ubimuseum: Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior* 1: 89–104. <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/artigos.html>

Ramos, Ricardo Jorge de Brito. 2011. “Reabilitação de Edifícios Industriais como Museu: Museu do Fado, Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, Museu do Oriente.” Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e dos Núcleos Urbanos. Universidade Técnica de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/3937>

Tavares, Célia Gonçalves, e Roberto Leite. 2014. “O Projeto *Picar o Ponto*: Memórias Orais de Operários da Fábrica Robinson.” *Revista MIDAS. Museus e Estudos Interdisciplinares* 3. <http://midas.revues.org/531>

TICCIH. 2003. *Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial*. <http://ticcih.org>

Tinoco, Alfredo. 2012. *Alfredo Tinoco: Artigos e Comunicações*. Vol. 42. Lisboa: Cadernos de Sociomuseologia. <http://revistas.ulusofona.pt>

Varine, Hugues de. 2013. “Entrevista com Hugues de Varine.” Entrevistado por Ana Carvalho. Blogue *No Mundo dos Museus*. Disponível em: <http://nomundodosmuseus.hypotheses.org/5585>

Links úteis:

[TICCIH](#) (Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial)

Promove desde 1999 a cooperação internacional para a preservação, conservação, investigação, documentação, interpretação e formação na área do património industrial. Organização reconhecida pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).

[E-FAITH](#) (Federação Europeia das Associações do Património Industrial e Técnico)

Plataforma de partilha de informação e de colaboração entre organizações ligadas à valorização e protecção do património industrial e técnico na Europa.

[APAI](#) (Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial)

Associação criada em 1986 para protecção e salvaguarda do património industrial.

[Património Industrial - Arquitectura Industrial Moderna \(1925-1965\)](#)

Levantamento da arquitectura industrial moderna em Portugal realizado pelo IPPAR, em 2000 e 2001.

[Rede Indústria, História, Património](#) (RIHP)

Esta rede constituiu-se em 2012 e é uma parceria de base inter-universitária, entre as quais a Universidade Nova de Lisboa, Coimbra, Porto e Évora. Tem uma plataforma digital conjunta que promove reflexão e debate sobre património industrial na sua acepção material e imaterial.

[PINSP](#) (Património Industrial no Sul de Portugal)

Grupo de trabalho que pretende dar a conhecer o património industrial do Sul de Portugal, através do seu estudo, inventário e divulgação. O projecto é desenvolvido pelo Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora. Desde 2012.

[TPTI](#) (Mestrado Erasmus Mundus - Técnicas, Patrimónios e Territórios da Indústria)

Programa de estudos superiores coordenado por um consórcio de várias universidades europeias (Évora, Paris e Pádua) que visa o aprofundamento teórico, metodológico e prático nas áreas da história das técnicas e na gestão e valorização do património cultural, industrial e paisagístico.

[Mémoire Orale de l'Industrie et des Reseaux](#) (França)

Trata-se de um repositório de história oral, que inclui testemunhos e entrevistas sobre vivências ligadas à indústria. Desde 2007.

[MSEDPGYM](#) (Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero)

Sociedade fundada em 1995 para promover o estudo, o inventário, a conservação e a protecção do património geológico e mineiro. Tem um perfil nacional, mas tem projecção internacional.

[EIRJ](#) (European Route of Industrial Heritage)

Rede criada em 2003 no contexto do programa europeu (INTERREG III B - North West Europe). Em 2008 passou a ser uma associação registada na Alemanha.

[Rota do Património Industrial do Ave](#) (projecto desenvolvido pela Adrave)

[Roteiro Museus de Energia](#) (rede sobre património energético, vários parceiros)

Novas edições



Museum International, vol. 65. Disponível [online](#).

Museum Collections Make Connections é o tema do segundo número da revista *Museum International* (vol. 65, n.º 257-260) com a chancela do ICOM Internacional. Com enfoque nas colecções, este número é coordenado por Léontine Meijer-van Mensch, que está na direcção do COMCOL (Comité Internacional do ICOM para o Desenvolvimento de Colecções), um dos mais jovens comités internacionais. Apenas os resumos dos artigos estão disponíveis (<http://bit.ly/1SrHTy8>), mas os membros do ICOM tem acesso integral via plataforma [ICOMMUNITY](#).



Anne-Sophie Gutsche *et al.*, eds. 2015. *Museums' 4 Values - Values 4 Museums*. Edição da NEMO (Network of European Museum Organisations). 61 páginas. Disponível [online](#).

A NEMO chama a atenção para quatro valores essenciais dos museus: o social, o económico, o educativo e as colecções, reunindo nesta publicação exemplos de boas práticas em museus europeus. É no âmbito do valor educativo que o projecto português "Redes de Museus de Arqueologia"

do Museu Nacional de Arqueologia é contemplado como um dos exemplos seleccionados.



Helena Barranha e Susana S. Martins, eds. 2015. *Uncertain Spaces: Virtual Configurations in Contemporary Art and Museums*. Edição do Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa *et al.* 251 páginas. Disponível [online](#).

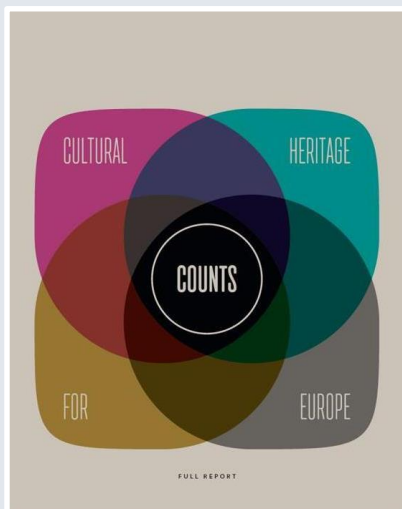
O livro, em inglês, tem por base a conferência internacional *Espaços Incertos: Configurações Virtuais nos Museus e na Arte Contemporânea* que se realizou em Lisboa (31 de Outubro e 1 de Novembro de 2014) no âmbito do projecto [unplace](#) - “Um Museu sem Lugar: Museografia Intangível e Exposições Virtuais”. A publicação visa a partilha de algumas das principais ideias-chave exploradas na conferência; apresenta uma estrutura organizada em três partes: *Virtual Museums and Exhibitions; Online Collections, Archives, and Databases; Network Cultures, Politics and Participation*.



Helena Barranha, Susana S. Martins e António Pinto Ribeiro, eds. 2015. *Museus Sem lugar: Ensaios, Manifestos e Diálogos em Rede*. Edição do Instituto de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa *et al.* 251 páginas. Disponível [online](#).

análise.

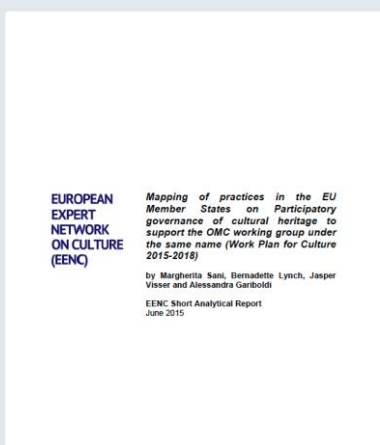
Reúne um conjunto de textos e depoimentos acerca do tema da Arte Digital e museus virtuais, temática desenvolvida em torno do projecto [unplace](#). Trata-se de uma selecção de textos de autores estrangeiros já publicados (entre 1999 e 2012) que foram neste contexto traduzidos para língua portuguesa. Incluem-se ainda excertos de entrevistas (*Diálogos em Rede*) a artistas, curadores e investigadores sobre as temáticas em



Cultural Heritage Counts for Europe: Report on the Impact on Economy, Culture, Society and Environment. 2015. Edição do consórcio CHCfE. 296 páginas. Disponível [online](#).

Apresenta os resultados do projecto *Cultural Heritage Counts for Europe* (desde 2013). O projecto, um consórcio de parceiros europeus, analisou a importância do património cultural na Europa a partir de um conjunto diverso de dados (económicos, sociais, culturais e ambientais). Entre as conclusões refere-se que a adopção de abordagens holísticas é um valor acrescentado ao medir-se o impacto do património cultural ao nível

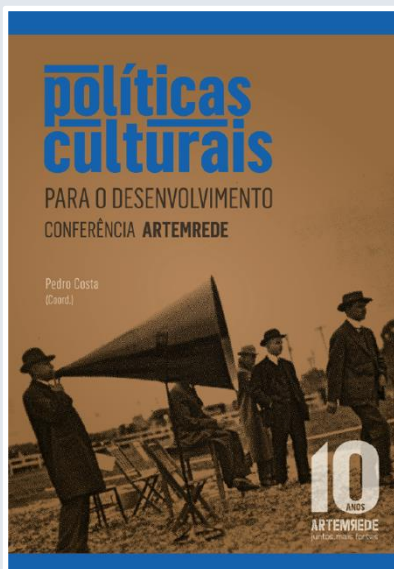
do emprego, da identidade, da atractividade regional, da criatividade, da economia, das mudanças climáticas, da qualidade de vida, da educação e aprendizagem ao longo da vida, e da coesão social. São apresentados estudos de caso e recomendações estratégicas neste domínio.



Margherita Sani *et al.*, eds. 2015. *Mapping of Practices in the EU Member States on Participatory Governance of Cultural Heritage*. Edição do European Expert Network on Culture (EENC). 79 páginas. Disponível [online](#).

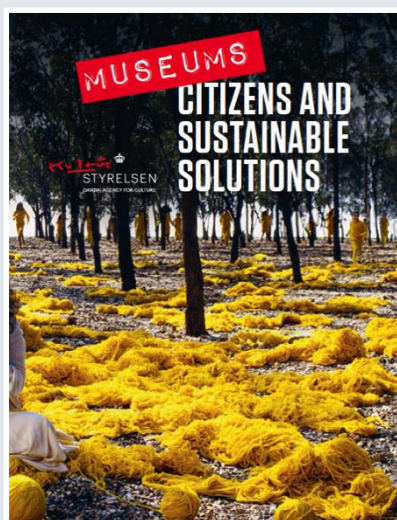
O relatório analisa vários exemplos de formas de participação de cidadãos e comunidades no sector do património cultural e apresenta algumas recomendações. É um recurso útil para o debate e reflexão do que constitui um projecto participativo ou um projecto com elementos participativos, e a

diversidade de modelos que vão desde a mera consulta à real co-criação? Identificam-se desafios e algumas possibilidades de intervenção para as organizações que pretendam envolver as populações locais a diferentes níveis. Alguns exemplos portugueses são referidos.



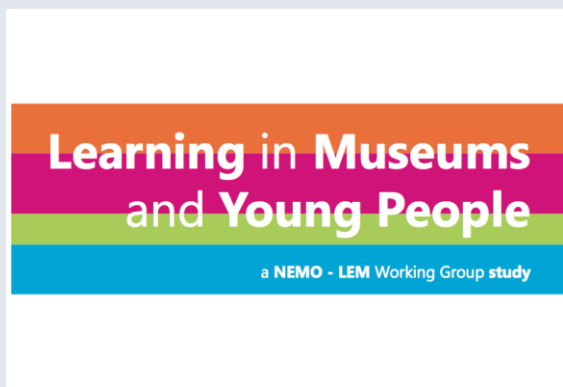
Pedro Costa, coord. 2015. *Políticas Culturais para o Desenvolvimento: Conferência Artemrede*. Edição da Artemrede. 166 páginas. Impresso e disponível [online](#).

O livro tem por objectivo contribuir para a reflexão sobre as políticas culturais em Portugal, com enfoque para o modo como as políticas se articulam com o desenvolvimento nas várias dimensões (economia, equidade social, ambiente, participação, expressão identitária) e na promoção da qualidade de vida e bem estar das populações nos territórios (a diferentes escalas). Resulta, em parte, da conferência com o mesmo título realizada em Fevereiro passado, e do trabalho desenvolvido pela Artemrede, uma associação cultural de cooperação entre teatros e outros espaços culturais fundada em 2005. A transversalidade dos tópicos abordados (políticas culturais, programação, compromisso social, mediação, participação) tornam este livro uma leitura útil também para quem trabalha em museus.



Jacob T. Jensen e Ida B. Lundgaard, eds. 2015. *Museums: Citizens and Sustainable Solutions*. Edição Danish Agency for Culture. 336 páginas. Impresso e disponível [online](#).

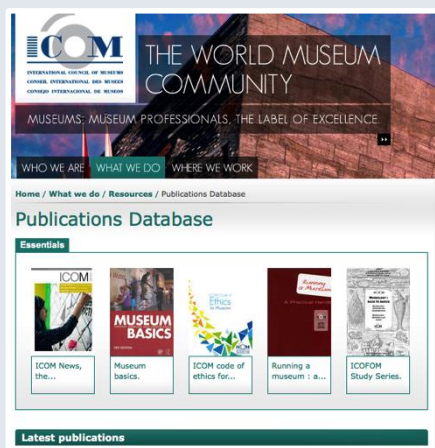
Esta publicação tem por base um estudo sobre públicos realizado em 2014 junto de 203 instituições dinamarquesas. São ainda apresentadas várias experiências teóricas e práticas dentro e fora da Dinamarca, tendo como fio condutor a sustentabilidade numa perspectiva que recorre a diferentes parâmetros para além do económico. Um dos estudos de caso apresentados é o Museu de S. Brás de Alportel, no Algarve.



Learning in Museums and Young People. 2015. Edição da NEMO e LEM - Working Group Study. 54 páginas. Disponível [online](#).

O relatório foca a aprendizagem informal e não formal de jovens, entre os 14 e 25 anos, em contexto de museu. Globalmente, realçam-se os benefícios e o impacto que o envolvimento cultural pode ter nos

jovens, nomeadamente no seu bem-estar pessoal, nas competências de desenvolvimento social, e em termos uma cidadania activa e oportunidades de emprego. Temáticas focadas: metodologias e motivações em torno do acesso e envolvimento cultural, a era digital e o papel das novas tecnologias, a exclusão social, o conceito de acessibilidade e situações de desvantagem ou incapacidade. As temáticas articulam-se com as prioridades, objectivos e tópicos centrais da *Europa 2020*. Apresentam-se vários estudos de casos, exemplos de boas práticas e recomendações.



Encontra uma lista actualizada de novas publicações na [base de dados](#) do ICOM Internacional (incluindo *newsletters* dos vários comités nacionais e internacionais, e monografias), na [Routledge](#) (editora internacional de livros académicos, revistas e recursos em linha no âmbito das ciências sociais), na [MuseumsEtc](#) (editora independente com base em Edimburgo e em Boston), na [Museum-iD](#) (editora independente sediada no Reino Unido). Conheça o catálogo de 2015 da editora [Ashgate](#) sobre museus e veja ainda a série [On Museums](#) editada por *The Inclusive Museum* (Estados Unidos), entre outras.

AGENDA

Conferências, encontros, debates

(Nacional)

MEU, TEU, NOSSO Modelos de Projectos Participativos | 12 de Outubro

Org. Acesso Cultura | Museu do Oriente, Lisboa

Nos últimos anos, nota-se uma maior abertura para a adopção pelas instituições culturais de modelos em que comunidades envolventes e públicos são agentes desde o primeiro momento. [...] Mas são os modelos participativos verdadeiramente inclusivos? São muitas as dúvidas sobre a logística destes processos, e sobre a sua exequibilidade a longo prazo. Serão os modelos participativos - sejam eles de gestão ou de conteúdos - o método mais eficaz das instituições irem ao encontro dos públicos? Quais são as vantagens destes modelos e quais as desvantagens? O risco de populismo é real ou imaginado?

Mais informações em: <http://acessocultura.org/encontros/conferencia-anual/>

Diversidade Cultural e o Desenvolvimento na Lusotopia | 27 de Outubro

Org. Museu Afro-Digital Estação Portugal, com o apoio do ICOM Portugal e MINOM | Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

A relação entre cultura e desenvolvimento está hoje consagrada em vários documentos nas Nações Unidas. A Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade Cultural aprovada há dez anos, é neste caso, um documento paradigmático ao estabelecer no seu artigo 13.º a integração da cultura no desenvolvimento sustentável. O espaço lusófono, ou lusotópico, constitui-se hoje como um espaço de encontro e diálogo intercultural. Fazer um balanço do que tem vindo a ser feito neste espaço a propósito da aprovação desta Convenção é o objectivo deste programa.

Mais informações em: <https://museudigitalafroportugues.wordpress.com>

Os Museus Face à Crise Económica na Cultura: Desafios e Estratégias | 30 de Outubro

Org. ICOM Portugal | Museu Municipal de Penafiel

Apresentação de diferentes abordagens de sucesso na gestão de museus, com casos nacionais e estrangeiros.

Mais informações brevemente em: <http://www.icom-portugal.org>

Conferências, encontros, debates (Internacional)

Calendário ICOM Internacional | 2015

Muitos dos comités internacionais do ICOM têm as suas reuniões anuais agendadas para esta altura do ano. Destacamos duas:

Museum Education and Accessibility: Bridging the Gap | 17–21 de Setembro | Org. CECA (Comité Internacional do ICOM para a Educação e Acção Cultural) | Smithsonian Center for Learning and Digital Access, Washington, Estados Unidos

A temática da conferência é a acessibilidade às colecções, programas e experiência museológicas. Hoje, muitos visitantes ainda enfrentam barreiras no acesso aos museus e às oportunidades de aprendizagem. Importa reflectir sobre as estratégias de inclusão, a disparidade de abordagens e a ausência de programas duradouros. Como pode a educação nos museus colmatar essas lacunas?
<https://cecadc2015.wordpress.com>

The Legacy of House Museums Promoting Dialogue Among Generations | 19–21 de Outubro | Org. DEMHIST (Comité Internacional do ICOM para Museus em Casas Históricas) | Museo Casa del Risco, Cidade do México, México

Várias questões orientam o programa da conferência. A - A Visão: Porquê deixar legados? O que motiva uma pessoa, um grupo social ou uma instituição a doar o seu património para benefício público? E quem decide sobre o valor desse legado?; B - O Processo: Que formas assumem os legados a Casas Históricas? Quais os modelos financeiros e legais? E quais são as vantagens e desvantagens desses modelos?; C - Gerindo a Mudança: Quais são os desafios de manter estas doações/legados para as gerações actuais e futuras? D - Os Benefícios Públicos: Quais os benefícios destes legados para a sociedade e como podem promover o diálogo entre gerações? <http://demhist.icom.museum>

No [calendário online](#) do ICOM Internacional encontra mais informações sobre os encontros dos próximos meses. Caso seja membro do ICOM pode ainda aceder à [ICOMMUNITY](#), plataforma de partilha entre profissionais, que disponibiliza mais informações sobre a actividade dos comités nacionais e internacionais.

Mais informações em: <http://icom.museum/events/calendar/2015/>

Communicating the Museum (15.ª edição) | 9–12 de Setembro

Org. Agenda (agência internacional de comunicação), apoio do ICOM Internacional | Istambul, Turquia

O programa da conferência terá como tema “A Arte de Ser Contemporâneo” (*The Art of Being Contemporary*). Durante três dias serão apresentadas estratégias de comunicação e haverá espaço para a partilha de ideias sobre os desafios de manter um perfil contemporâneo.

Mais informações em: http://agendacom.com/en/communicating_the_museum/home/

Collections Trust Annual Conference 2015 | 22 de Setembro

Org. Collections Trust | Natural History Museum, Londres, Reino Unido

O programa da conferência dará destaque aos últimos desenvolvimentos na área das colecções e estrutura-se em torno dos *standards* do SPECTRUM.

Mais informações em: <http://www.collectionstrust.org.uk>

Conferência Internacional Digital Challenges for Museum Experts | 22 de Setembro
Org. Hellenic Open University | Athens Gate Hotel, Grécia

O objectivo é apresentar os resultados finais do projecto [eCultSkills](http://ecultskills.eu) co-financiado por fundos europeus ao abrigo do programa de Aprendizagem ao Longo da Vida. A empresa portuguesa Mapa das Ideias é um dos parceiros do projecto.

Mais informações em: <http://ecultskills.eu>

The Best in Heritage (14.^a edição) | 24–26 de Setembro
Org. The Best In Heritage em parceria com Europa Nostra e patrocínio do ICOM |
Dubrovnik, Croácia

A conferência terá apresentações relativas aos projectos distinguidos no ano anterior, entre as quais destacamos uma sobre a Rota Histórica das Linhas de Torres. Note-se que em 2014 dois projectos portugueses receberam prémios, a Rota Histórica das Linhas de Torres, na categoria de “Conservação” e o programa de rádio “Encontros com o Património” na categoria de “Educação, Formação e Sensibilização”.

Mais informações em: <http://www.thebestinheritage.com/conference/programme/>

Museum Ideas 2015 International Conference: Museums Re-imagined in the Era of Participatory Culture | 1 de Outubro
Org. Museum ID | Museum of London, Reino Unido

Esta conferência pretende dar a conhecer as mais recentes inovações no domínio das práticas participativas, do mundo digital, do *storytelling*, da interpretação e design de exposições, do envolvimento de públicos, da programação inclusiva e criativa, além de reflectir sobre colecções, liderança e sobre o futuro dos museus.

Mais informações em: <http://www.museum-id.com>

Sharing is Caring 2015: Right to Remix? | 2 de Outubro
Org. Association of Danish Museums | Copenhaga, Dinamarca

A conferência trata o tema da partilha e da reutilização de informação na era digital, dos direitos de autor e da propriedade. De que forma podemos lidar com estas questões na área do património cultural de uma forma construtiva e proactiva?

Mais informações em: <http://www.dkmuseer.dk>

XVI Congreso Internacional sobre Patrimonio Geológico Y Minero: Minería del Pasado, Proyecto de Futuro | 1–4 de Outubro

Org. Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero | Belmez/Peñarroya-Pueblonuevo, Córdoba, Espanha

Los trabajos que se presenten al congreso versarán sobre distintos aspectos relacionados con la investigación, gestión, conservación y divulgación del patrimonio geológico y minero.

Mais informações em: <http://www.sedpgym.es>

10th Hands On! Conference | 13–16 de Outubro

Org. International Association of Children in Museums | Amesterdão, Holanda

Conferência que apresenta os últimos desenvolvimentos no âmbito da educação de crianças em contexto museológico.

Mais informações em: <http://www.hands-on-international.net>

23rd ENCATC Annual Conference: The Ecology of Culture: Community Engagement, Co-creation and Cross Fertilization | 21–23 de Outubro

Org. ENCATC (European Network on Cultural Management and Cultural Policy Education) | Lecce, Itália

Como funciona o sistema cultural como um todo? Quais as relações e as ligações entre cultura financiada pelo sector público, a cultura comercial e a cultura criada em casa? Vendo a cultura como ecologia permite estimular a discussão sobre os diferentes valores que a cultura pode assumir, em vez de um enfoque restrito aos valores financeiros e sociais.

Mais informações em: <http://encatc.org/annualconference2015/>

NEMO Annual Conference: Re-visiting the Educational Value of Museums - Connecting to Audiences | 5–8 de Novembro

Org. NEMO | Pilsen, Praga (República Checa)

A educação é um campo bastante desenvolvido nos museus, mas permanece a necessidade de responder às necessidades e demandas dos diferentes públicos em constante mudança. Quem são esses públicos, quais as suas necessidades e de que forma podem os museus relacionar-se melhor com eles?

Mais informações em: <http://www.ne-mo.org/about-us/annual-conference-2015.html>

International Symposium Museums of Film - Film in the Museum (MFFM) | 5–6 de Novembro

Org. Museum Documentation Centre, Ilica 44/II | Zagreb, Croácia

Simpósio que visa discutir terminologias, os desafios do mundo analógico em relação ao novo paradigma digital, os problemas da preservação do património audiovisual, as expectativas e experiências dos visitantes e utilizadores de museus deste tipo, entre outros temas.

Mais informações em: <http://mdc.hr>

Between the DISCURSIVE and the IMMERSIVE: A Symposium on Research in 21st Century Art Museums | 3–4 de Dezembro

Org. Louisiana Museum of Modern Art *et al.* | Humlebæk, Dinamarca

A conferência pretende estimular um debate crítico sobre as potencialidades dos museus de arte como instituições de investigação - entre o discursivo e o imersivo.

Mais informações em: <http://en.louisiana.dk/between-discursive-and-immersive>

Formação

Programa de Formação da Rede Portuguesa de Museus (RPM) | Setembro–Novembro

Org. RPM | vários locais

Formação sobre **Desenho de Exposições e Museografia**: 22–25 de Setembro, no Museu Calouste Gulbenkian (Lisboa); formação sobre **Inventário do Património Móvel**: 19–22 de Outubro, no Museu da Marioneta (Lisboa); formação sobre **Conservação Preventiva - Introdução à Manutenção de Coleções**: 17–20 de Novembro, no Museu de Arqueologia D. Diogo Sousa (Braga).

Mais informações: <http://www.patrimoniocultural.pt>

Planificação e Organização de Exposições. O Papel do Curador | 26–27 de Setembro (Best Training, Lisboa); 10–11 de Outubro (Cooperativa Árvore, Porto)

Org. AntiFrame

O objectivo desta acção de formação é enquadrar no contexto da gestão de projectos culturais a função do curador.

Mais informações: <http://www.facebook.com/AntiFrame>

Curso de E-Learning «Inventário de Património Cultural Imaterial» | Outubro 2015 a Fevereiro 2016

Org. Direcção-Geral do Património Cultural em conjunto com a Universidade Aberta

Tem como objectivo fundamental o desenvolvimento de competências para elaboração de pedidos de protecção legal de Património Cultural Imaterial, tendo em vista o registo de manifestações imateriais no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

Mais informações: <http://patrimoniocultural.pt>

Museum Leadership Programme | 24–27 de Novembro

Org. KulturAgenda - Institute for Museums, Cultural Enterprises and Audiences | Viena, Áustria

Formação especialmente dirigida a jovens profissionais em museus e instituições culturais que aspiram a ser líderes nas suas organizações e em processos de mudança. [o prazo para inscrições terminou em Junho, mas o curso terá edições regulares no futuro]

Mais informações: <http://www.kulturagenda.at>

Chamada para propostas

Jornadas Europeias do Património 2015 - Património Industrial e Técnico (25–27 de Setembro): convite à participação

Org. Direcção-geral do Património Cultural

As Jornadas Europeias do Património deste ano têm como objectivo sensibilizar os cidadãos para o valor e importância da protecção do património, em particular o património industrial e técnico, cujo legado se revela em fábricas, pontes, moinhos, canais, linhas de caminho-de-ferro, lojas, vilas operárias, minas, portos, património da água e da luz, pequenas indústrias artesanais, arquivos públicos e empresariais, entre muitas outras realizações da indústria e da técnica que são testemunho do engenho e criatividade de gerações passadas.

Mais informações sobre como participar: <http://www.patrimoniocultural.pt>

Prémio ICOM Museums for All 2016 | Prazo limite: 1 de Dezembro

Org. ICOM Internacional

O prémio - “Museus para Todos” visa distinguir um produto audiovisual original sobre o trabalho desenvolvido junto de públicos que não frequentam museus (pessoas desfavorecidas, imigrantes, população rural, pessoas com deficiência, entre outros). Podem participar individualmente ou de forma colectiva e a inscrição é gratuita. Mais informações: <http://www.museumexperts.com>

Colabore com o ICOM Portugal

Já conhece a página de Facebook do ICOM Portugal? Visite, comente e partilhe conteúdos em: <https://www.facebook.com/icomportugal>

O próximo boletim ICOM Portugal será dedicado aos museus e à diversidade cultural. Caso queira sugerir conteúdos contacte-nos para saber como através do email: boletim.icom.pt@gmail.com (Ana Carvalho). Sugestões até 10 de Outubro.

FICHA TÉCNICA

Boletim ICOM Portugal, Série III, N.º 4, Setembro 2015 | ISSN 2183-3613

Este boletim é uma edição da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM Portugal). Publica-se três vezes por ano (Janeiro, Maio e Setembro). As opiniões expressas nos textos assinados são da inteira responsabilidade dos seus autores, não reflectindo necessariamente os pontos de vista do ICOM Portugal.

O boletim adopta a antiga ortografia.

Editora: Ana Carvalho | Revisão: Dália Paulo e Joana Sousa Monteiro. Colaboraram nesta edição: Alexandre Matos, Ana Carvalho, Clara Frayão Camacho, David Felismino, Deolinda Folgado, Graça Filipe, Hans-Martin Hinz, Joana Sousa Monteiro, Jorge Custódio, José Alberto Ribeiro, José Gameiro, José Manuel Brandão, José Manuel Lopes Cordeiro, Manuel Bairrão Oleiro, Maria de Jesus Monge, Maria Luísa de Bivar Black, Maria Vlachou, Mário Nuno Antas e Pedro Pereira Leite.

Agradecimentos: Carla Bonomi, Fátima Mendes, Maria van Zeller, Museu dos Transportes e Comunicações e Museu da Electricidade.

Design: Maria van Zeller, Sistemas do Futuro | Imagem da capa: Central Tejo, edifício das caldeiras da alta pressão em fase de construção, 1940 © Museu da Electricidade

Palácio Nacional da Ajuda - Museu, Ala sul - 2.º Andar, Largo da Ajuda, 1349-021 Lisboa
| tel. 213637095 | info@icom-portugal.org | boletim.icom.pt@gmail.com (boletim) |
<http://www.icom-portugal.org> | <https://www.facebook.com/icomportugal>

BOAS RAZÕES PARA SER MEMBRO DO CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS

1 FAÇA PARTE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL DE MUSEUS

COMUNIQUE-SE com 35.000 especialistas de museus de prestígio mundial

CONSTRUA uma rede sólida de profissionais internacionais em cada especialidade relacionada com os museus

AUMENTE os seus horizontes através de mais de 200 conferências organizadas em cada ano no mundo

PARTICIPE do vasto e diversificado programa da Conferência Geral trianual

2 PARTICIPE DE MISSÕES INTERNACIONAIS

CONFIGURE o futuro das profissões museais

DEFENDA os padrões de excelência e a deontologia dos museus

DESEMPEÑHE um papel na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais

COLABORE em programas de planificação e de intervenção em situações de emergência nos museus do mundo inteiro

3 BENEFICIE DOS SERVIÇOS DO ICOM

INFORME-SE sobre as tendências e inovações nos museus através da revista dos profissionais de museus ICOM NEWS e da newsletter mensal

CONSULTE mais de 2.000 publicações dos Comitês do ICOM através de base de dados on-line

CONECTE-SE à ICOMMUNITY, a nova plataforma interativa em linha do ICOM

TORNE-SE membro de alguns dos 30 Comitês Internacionais do ICOM e faça ouvir a sua voz

RESOLVA litígios relacionados com arte e património cultural através do programa de mediação do ICOM-OMPI

E MUITAS OUTRAS VANTAGENS PELA SUA ADESÃO AO ICOM

- Oportunidades de formação e de desenvolvimento profissional
- Cartão ICOM: o seu passaporte internacional para os museus do mundo inteiro
- Descontos em publicações e nas lojas dos museus

Para mais informações, consulte
<http://icom.museum>

